REFLEXOS DA ECONOMIA PETROLÍFERA NO AMBIENTE URBANO E REGIONAL NO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Paulo César Mendes Glória

REFLEXOS DA ECONOMIA PETROLÍFERA NO AMBIENTE URBANO E REGIONAL NO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Profª Drª Sônia Azevedo Le Cocq d`Oliveira
Doutora em Ciências Humanas / UFRJ

Rio de Janeiro, junho de 2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Mendes Glória, Paulo César
M491r Reflexos da economia petrolífera no ambiente urbano e regional no Sul do Estado do Espírito Santo / Paulo César Mendes Glória. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
125 p. : il.
Bibliografia

Orientadora: Sônia Le Cocq
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo.

l. Cidades – Gestão territorial. 2. Planejamento territorial urbano. 3. Petróleo – Impactos ambientais. I. Le Cocq, Sônia. II. Título.

CDD - 307.12

Paulo César Mendes Glória

REFLEXOS DA ECONOMIA PETROLÍFERA NO AMBIENTE URBANO E REGIONAL NO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado por:

Profª Sônia Azevedo Le Cocq d`Oliveira – Orientadora

(Doutora em Ciências Humanas / UFRJ)

Profª Rosângela Lunardelli Cavallazzi

(Doutora em Direito / UFRJ)

Profª Rosélia Perissé da Silva Piquet

(Livre Docente em Economia / UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato à professora Sônia, principalmente por acreditar neste tema. Sempre apontou métodos e leituras, que se tornaram caminhos muito proveitosos na estrutura desta Dissertação.

Agradeço a professora Denise pela dedicação aos alunos e ao Curso.

Agradeço à professora Ana Lúcia pelo apoio inicial.

Muito obrigado Dª Francisca, Keila e Edson, pelo carinho.

Ao colega e amigo Fausto, sou grato pela lealdade, atenção e preocupação de um pai.

DEDICATÓRIA

À minha esposa Valéria e ao meu filho Lucas.

Pela paciência na ausência.

Pelo estímulo em iniciar o Curso.

Pelo constante incentivo em concluir esta Dissertação.

EPÍGRAFE

"Tudo quanto te vier à mão para fazer faça conforme as tuas forças, porque no além para onde tu vais, não há obra nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma".

Eclesiastes 9:10.

RESUMO

A dissertação trata da relação entre um novo ciclo econômico que está surgindo no Estado do Espírito Santo, a extração do petróleo, com a cidade; o que tem originado especulação e a supervalorização fundiária. Foi escolhida como objeto, a região litorânea sul (Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma e Anchieta) e Cachoeiro de Itapemirim como um caso referência, por termos maior envolvimento com esta área.

O primeiro problema abordado refere-se ao período da exploração do petróleo, estimado em 30 anos. Após isto, existe a possibilidade de ocorrer um rápido esvaziamento urbano (shrinkage). Isto provocaria um efeito inverso e não menos danoso de oferta excessiva de imóveis.

Como marco referencial da dissertação, a série *Gestão do Uso do Solo,* produzida pelo IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, foi abordada uma temática relacionando a produção do espaço com a economia política. Assim ficou demonstrado em três variáveis de dependência econômica: a *urbana*; com a gentrificação as áreas centrais viram objeto de cobiça, deslocando a população de baixa renda para a periferia, excluindo-a social e territorialmente. Na segunda variável *intraurbana*, observa-se o aumento, tanto da atração do campo para a cidade, quanto o espalhamento urbano, ocupando áreas produtivas do setor agro-pecuário. A terceira variável, a *interurbana* configura a dependência entre as cidades da região ligadas através de uma rede; e qualquer crise na relação entre produção e consumo gera prejuízos em toda a região.

Para se formar um complexo territorial sustentável deve-se preparar o ambiente, a fim de suportar a dinâmica cíclica econômica através de Políticas Públicas, desdobradas em mecanismos de ordem econômica e de gestão territorial. Para prever uma economia sustentável no período pós-petróleo, deve-se investir neste momento em outros setores como o Turismo e o setor de Rochas Ornamentais e utilizando-se da legislação urbanística, visar a regularização fundiária para áreas de interesse social, garantindo a gestão do desenvolvimento não só econômico, mas social, territorial e ambiental.

ABSTRACT

Reflections on the Petroleum Economy in the Urban and Regional Environments in the Southern Areas of the State of Espirito Santo

A new economic cycle is emerging in the southern region of the State of Espírito Santo, the extraction of petroleum, which has been the origin of a process of real estate speculation and a super-valorization of the land, in expectation of the property demand in small municipalities (Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma e Anchieta) and Cachoeiro de Itapemirim as a reference case.

However, some problems are to be expected. The first refers to the period of petroleum exploration, estimated by specialists to be 30 years. After this period, there exists the possibility of a rapid emptying of urban areas. This will provoke an inverse effect and nothing less damaging than excess in the property supply.

Another problem refers to the three variables of dependency: the *urban*, in which, during the process of gentrification, the central areas become objects of desire, dislocating the lower income population to the periphery, excluding them both socially and territorially. The second variable, *intraurban*, is observed with an increase, as much of the attraction from the field to the city as of the urban sprawl, occupying productive areas of the agricultural and cattle sectors, reducing the production of foodstuffs. The third variable, the *interurban*, configures the economic and commercial dependence between the cities of the region, linked by a network; and whatever crisis in the relationship between production and consumption generates loss throughout the region.

In order to create a sustainable territorial complex in the region, it is necessary to consider the preparation of the urban environment to support the dynamic cycle of the economy. In this way, besides economic growth, the management of not only economic, but social, territorial, and environmental development as well, can be guaranteed.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - A Cidade e o Petróleo

Subtítulo		*Página*
1.1.	Introdução	13
1.2.	Histórico da Região	17
1.3.	Informações sobre o Estado	23
1.4.	Rodovias	25
1.5.	Informações sobre o petróleo no Brasil	26
1.5.1.	Petróleo no Espírito Santo	27

CAPÍTULO II – O Território

Subtítulo		*Página*
2.1.	Cachoeiro de Itapemirim	31
2.2.	Perfil dos Municípios	34
2.3.	Desenvolvimento Sustentável	47
2.3.1.	Sustentabilidade: evolução do conceito	49
2.4.	Indicadores Sócio-Econômicos	55

CAPÍTULO III – Análise dos Reflexos

Subtítulo ***Página***

3.1. Pequenas Cidades, Grandes Negócios 60

3.2. Demografia e Território 65

3.3. Demografia e Mercado 67

3.4. Economia Urbana 71

3.4.1. Variáveis de Dependência 74

3.5. Precedentes 82

3.5.1. São Mateus - ES 83

3.5.2. Macaé - RJ 85

3.5.3. Coari - AM 87

3.6. Comprovações 88

CAPÍTULO IV – Alternativas Adequadas

Subtítulo ***Página***

4.1. Proposições de Políticas Públicas 96

4.1.1. Mecanismo de Ordem Econômica 98

4.1.2. Mecanismo de Gestão do Território 106

CONCLUSÃO 119

BIBLIOGRAFIA 122

DISTRIBUIÇÃO DE FIGURAS

RELAÇÃO DE MAPAS:

	Título	*Página*
MAPA 1:	Mapa Geopolítico do Espírito Santo	16
MAPA 2:	Mapa Bairro Aquidaban (Cachoeiro)	22
MAPA 3:	Mapa Rodoviário da Região Sul	25
MAPA 4:	Rede: Fluxos e Fixos	81
MAPA 5:	Mapa do ES: Esvaziamento Urbano	89
MAPA 6:	Mapa do ES: Crescimento Urbano- a	90
MAPA 7:	Mapa do ES: Crescimento Urbano- b	92
MAPA 8:	Mapa do ES: Distribuição de Royalties	93
MAPA 9:	Mapa do ES: IDH-M	94
MAPA 10:	Portos do ES	105

RELAÇÃO DE FOTOS:

	Título	*Página*
FOTO 1:	Vista Aérea Central de Cachº de Itapemirim	20
FOTO 2:	Bairro Aquidaban – vista A	22
FOTO 3:	Bairro Aquidaban – vista B	22
FOTO 4:	Vista de satélite da Região	34
FOTO 5:	Exúrbio norte-americano	65
FOTO 6:	Impacto Territorial	77
FOTO 7:	Plantação de Cogumelos – Venda Nova	100
FOTO 8:	Pedra Azul – Domingos Martins	101
FOTO 9:	Praia de Iriri - Anchieta	101
FOTO 10:	Extração / Beneficiamento / Comercialização	103
FOTO 11:	Porto de Ubu - Anchieta	105

RELAÇÃO DAS TABELAS:

Título	*Página*
Indicadores Gerais do Estado	24
Royalties	30
Presidente Kennedy	34
Marataízes	36
Itapemirim	38
Piúma	40
Anchieta	42
Cachoeiro de Itapemirim	45
Perfil Municipal: São Mateus	84
Perfil Municipal: Macaé	87
Perfil Municipal: Coari	88

RELAÇÃO DOS GRÁFICOS:

	Título	*Página*
GRÁFICO 1:	Demografia	66
GRÁFICO 2:	Território	66

CAPÍTULO I

1. A CIDADE E O PETRÓLEO

1.1. INTRODUÇÃO:

A proposta do tema da dissertação do Curso de Mestrado em Urbanismo foi motivada pela ambiência urbana que me envolve, necessitar de um estudo sistematizado da relação social com o meio. Durante 1995 e 1997, participamos da equipe que elaborou o Plano Diretor Urbano de Cachoeiro de Itapemirim e depois, atuando como membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Neste período, pudemos notar a crescente procura por imóveis urbanos e rurais, causando uma hiper valorização, logo atenuada pela recessão do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Então levantamos a hipótese de que essa especulação era em função da expectativa do efeito do petróleo na região. A partir desse momento decidimos estudar melhor esse processo que estava apenas começando, e que ainda traz incerteza sobre qual atividade petrolífera predominará, sendo por ora a prospecção e exploração. Atualmente há negociações a respeito da possibilidade de se implantar uma refinaria por investidores da Arábia Saudita, no município de Anchieta e de um porto no município de Presidente Kennedy.

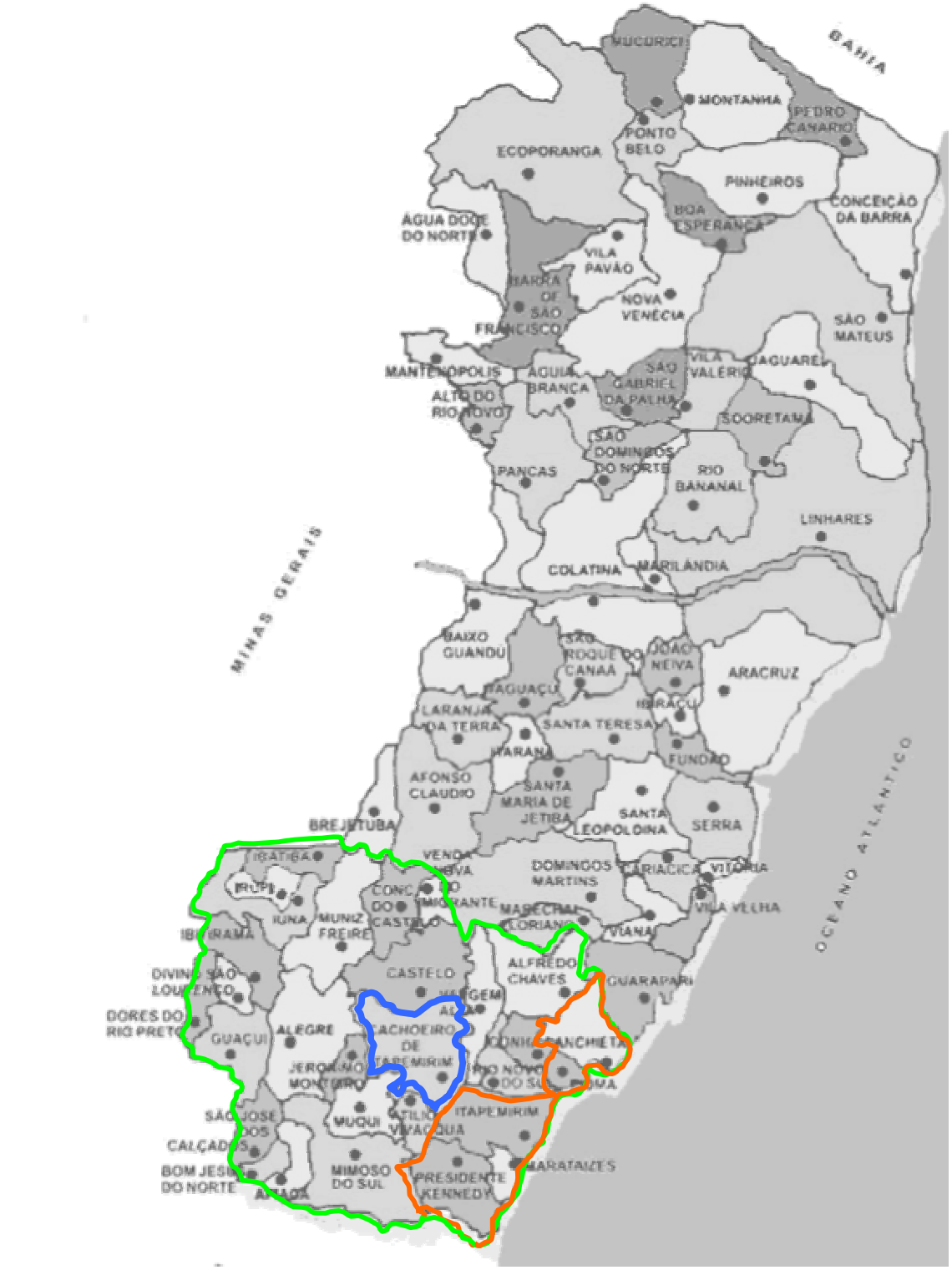
Para entender melhor a configuração da região que estamos estudando, comecemos pelo universo do Estado do Espírito Santo, que está bem definido na divisão por influência econômica em três partes distintas. A primeira ao centro, a *Região Metropolitana* (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Fundão e Guarapari); a segunda, *Região Norte* com três cidades mais importantes (Linhares, Colatina e São Mateus); e a terceira, a *Região* S*ul*, concentrando em

Cachoeiro de Itapemirim a influência de 27 municípios (ver mapa geopolítico). Como estamos vivendo uma situação incomum de interesse em investimentos na região litorânea, intensificada por uma forte especulação imobiliária, a questão maior constitui-se no modelo adequado de planejamento dessas cidades frente aos investimentos diversos, sejam diretos ou de apoio às atividades petrolíferas. Num primeiro momento podemos observar a pertinência do assunto, devido à atualidade dos fatos e a crescente procura por investimentos em regiões com características similares, a exemplo de Macaé-RJ. Num segundo instante observamos a exeqüibilidade desta pesquisa, em ser utilizada por vários atores, sejam empresas particulares ou o poder público. O interesse se dá pela necessidade em se preparar o território estudado para o crescimento econômico e físico, garantindo investimentos ao se apropriar dos resultados obtidos através de Planos Diretores Urbanos, haja vista que dos 78 municípios do Estado, 48 destes estão obrigados a apresentar os seus respectivos PDU's e 5 municípios devem revisar os já existentes, até outubro de 2006, conforme prescrito no Estatuto da Cidade.

Tendo sido definida a região sul como o objeto de pesquisa, é preciso definir o território a ser analisado. Além de estarmos lidando com macro intervenções regionais, que vão além de definições administrativas autônomas de um município, estamos propondo a análise numa escala menor, onde percebemos a existência de várias "cidades" dentro de um município. Dentro desse contexto, temos a cidade *legal*, que consta no cadastro multifinalitário, recebendo o bônus de infra-estrutura e o ônus da tarifação. Temos os aglomerados urbanos provenientes de loteamentos *clandestinos* e irregulares implantados, sobretudo na periferia, próximo à zona rural ou em áreas de preservação ambiental. Observamos ainda a cidade desprovida de infra-estrutura, composta por uma população com um baixo nível de renda, ou sem ela. São bolsões de *miséria*,

que estão aquém dos critérios de pobreza.[1] Existe a cidade dos *confrontos*, seja pelo uso e apropriação de espaços públicos provenientes da diferença de idade e cultura[2], ou pela diversidade de direitos nos fatores da externalidade[3]. Aqui, a diferença religiosa produz debates, como o direito da prática do culto e a lei do silêncio, e em muitas circunstâncias, levando à "anomia" [4]. Um outro tipo de confronto está entre os interesses de setores produtivos, principalmente o *industrial* e as ONG's *preservacionistas* dos ambientes natural e construído. De qualquer forma teremos uma dualidade que se confronta e ao mesmo tempo se completa, pois, as diferenças sócio-ambientais levam a uma formação política, que procura lutar pelos interesses da parcela da sociedade que se afina. Tais diferenças também ajudam na formação pluralista do desenho da malha urbana, entendidas muitas vezes como "vocação", que acabam influenciando o planejamento e planos urbanos, definindo várias categorias de aglomerados urbanos.

(1) SANTOS, Milton. "O Que é Pobreza?". *In*: *Pobreza Urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1979, p.8.
(2) DANIEL, Celso Augusto. "*Ação Política e Diversidade de Atores no Universo Social Urbano". In*: *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões*. São Paulo: UNESP/ ANPUR, 2003, p.58.
(3) *Idem, ibidem*, p.62.
(4) Durkheim (1858-1917) definia como a situação em que há divergência ou conflito entre normas sociais, tornando-se difícil para os indivíduos, respeitá-las individualmente, principalmente pelo aumento populacional e a conseqüente divisão social do trabalho.



Municípios da Região Sul Municípios do Litoral Sul Cachº de Itapemirim

MAPA 1: Geopolítica do Espírito Santo

1.2. HISTÓRICO DA REGIÃO SUL:

Várias tentativas de apropriação territorial foram feitas nesta região. Desde o século XVI, piratas – sobretudo franceses – com freqüência levavam cargas de pau-brasil em conformidades com os índios. Considerando ainda que a produção de cana-de-açúcar, que se intensificou no século XVII, também era um atrativo das investidas de saque, outros muitos desbravadores entravam no interior espírito-santense com o objetivo, num primeiro momento, de alcançar a Serra das Esmeraldas e mais adiante as Minas do Castelo e Lençóis (Serra do Caparaó, ao sul). No primeiro caso, o rio Doce foi o canal facilitador para o percurso, já no segundo caso, o rio Itapemirim foi o responsável por marcar o referencial dessas aventuras que duraram até o século XVIII. No início do século XIX foram doadas sesmarias no sul do Estado para facilitar o processo de colonização e ocupação do território. Este processo de ocupação caracterizou-se por ser gradual e progressivo, sem um momento exato de ato de fundação das atuais cidades situadas na região sul do Estado, acentuando o estabelecimento dos assentamentos em fins do século XIX.

O governador da capitania Espírito Santo de 1812 a 1819, Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, foi o responsável pela construção da estrada até Minas Gerais[5], facilitando a corrida ao ouro, e a instalação de quartéis ao longo do rio Itapemirim. Dos quais o da Barca[6] foi decisivo para o assentamento do povoado de Cachoeiro de Itapemirim e referência de defesa territorial na região. Com a segurança dos milicianos, as sesmarias aos poucos foram

(5) Conhecida por "Estrada do Rubim", esta servia como uma "Estrada Real espírito-santense", até que em 1760, com a decretação da Zona Proibida, o ouro só poderia ser escoado por Paraty-RJ. A desobediência levava os aventureiros ao degredo em Angola. Esta iniciativa foi o grande momento de estagnação da Província do Espírito Santo.

(6) Em homenagem ao Cavaleiro Luis Araújo – Conde da Barca, então secretário particular do Rei D. José I.

divididas em fazendas e por volta de 1850 o território do sul da então Província já agrupava uma população coesa e ligada à agricultura e ao comércio.

Bom ressaltar que a formação territorial da região de Macaé muito se assemelha a nossa região. Tanto na economia explorada, na formação étnica, quanto no modelo de assentamento do povoado original.

Cachoeiro crescia acima da média da Província[7] do Espírito Santo e atestava cada vez mais um lugar de destaque, exigindo atenção política para investimentos de infra-estrutura. Como já haviam sido substituídos os estafetas por uma agência de correio, como forma de facilitar a troca de informações, em 1858, as notícias eram mais facilmente adquiridas - logo adiante, em 1889 chega o telégrafo por fio. Como conseqüência, progressos na infra-estrutura, acompanhando a evolução das cidades brasileiras e européias. A preocupação quanto ao crescimento acelerado, ocasionou a aprovação do código de Posturas e Obras Viárias, em 1893. Bom trazer a memória que o Código de Posturas do Rio de Janeiro é de 1886, e o de São Paulo é de 1889. Em 1903, inaugurava no solo cachoeirense, a primeira usina hidrelétrica do Estado, levando a iluminação pública à população – a terceira do país, depois de Campos e Juiz de Fora. Em 1907, a cidade já contava com água servida por tubulações em suas residências, sendo também uma novidade no Estado. Como a economia cafeeira de Cachoeiro destacava-se no cenário nacional, a disponibilidade de mão-de-obra era insuficiente para tamanha colheita, sendo que na sessão da Câmara Municipal de 18/04/1884 aprovava:

(7) A Província na Monarquia equivale ao Estado na República Federativa.

> *O Município de Cachoeiro de Itapemirim, a exemplo dos mais adiantados do Império, hade reconhecer a necessidade de procurar na immigração a substituição do braço escravo pelo braço livre, a fim de manter e desenvolver a lavoura existente... A vista destas ligeiras considerações e attendendo a que as probabilidades são de que vão estas succedendo, proponho que a Camara officie com urgência ao Exmº Sr. Presidente da Provincia ou o Governo Geral comprar ou construir nesta villa e em local apropriado, um prédio destinado a recepção e agasalho dos immigrantes que se destinarem à lavoura do Município.* (Maciel.1999:167).

O período compreendido entre 1880 e 1895, a América Latina vivia uma revolução do pensamento científico, e nas terras cachoeirenses não era diferente, pois, a preocupação em manter a cidade à par dos novos progressos alcançados, fazia com que as autoridades locais procurassem importar tais evoluções. Surgem estudos relativos ao transporte ferroviário em Cachoeiro, e coerente com o sistema ferroviário latino-americano, a implantação das ferrovias aconteceu em três fases distintas[8]. A primeira, assim como em 1845 na linha Lima – Calhau, deu-se de forma a atender uma *visão utilitária*. Em 1872 foi dada a concessão e em 1887 foi inaugurada a Estrada de Ferro – a primeira da Província do Espírito Santo. Decorridos alguns anos, a linha férrea passou a ser de domínio do Lloyd Brasileiro, incrementando seu progresso e ratificando uma *fase romântica,* acresceu o número de vagões de passageiros, aumentando assim o percurso das viagens regionais. Com a grande adesão de passageiros e cargas, a então concessionária Leopoldina Railway inaugura em 1903 a grande estação e um complexo de galpões, servindo de apoio e infra-estrutura, marcando uma fase de *impacto urbano* da rede ferroviária. Tal fato foi tão importante para todo o Estado, que contou com a presença do presidente da República Nilo Peçanha.

(8) Baseado em aula da Disciplina "Tópico Especial" de "História e Teoria do Urbanismo" do PROURB - UFRJ, em 10/04/03, proferida pela professora Silvia Arango, da Universidade Nacional da Colômbia.

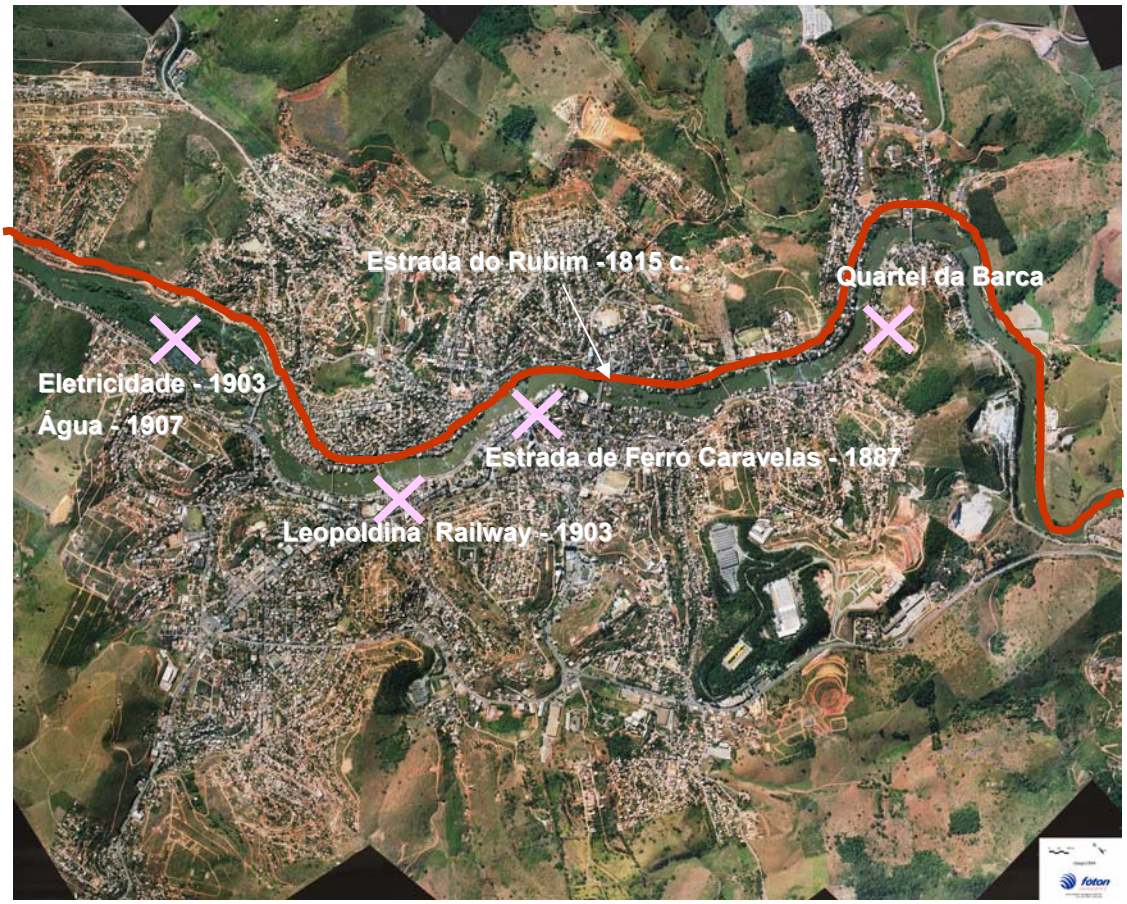


FOTO 1: Vista aérea central de Cachoeiro de Itapemirim

Durante os primeiros anos do século XX, Cachoeiro acumulou um montante considerável de contingente humano, provenientes de cidades vizinhas, buscando novas fontes de comércio como base de troca. A produção de bens de consumo que chegava do Rio de Janeiro não era suficiente. A localização estratégica da cidade entre os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro levou a vários estudos de investimentos, na tentativa de se produzir nesta terra, o necessário para suprir um consumo crescente e a comercialização do excedente. Assim aconteceu um surto de progresso com a inauguração de fábricas, num curto espaço de tempo, caracterizando uma “revolução industrial tardia”:

1912 – Fábrica de Cimento,

– Fábrica de Tecidos,

– Fábrica de Cerveja,

– Fábrica de Máscaras,

– Fábrica de Cigarros.

1917 – Fábrica de Gelo.

1920 – Fábrica de Papel.

A região sul do Estado prosperou, contando com um crescimento populacional coerente à economia local, porém, com a crise do café e a conseqüente estagnação da economia, surge nas principais cidades um excesso de desempregados provenientes das lavouras, coincidindo com vários fracionamentos fundiários de fazendas, tendo como finalidade, atender a crescente demanda por habitação de baixa renda. Como a atividade cafeeira, tem como base produtiva no campo, o esvaziamento populacional é notado pelo processo intenso do êxodo rural. Atualmente estes empreendimentos são bairros que trazem os resultados de falta de planejamento, com transtornos em vias de pouca largura, saneamento deficiente, lotes exíguos com altas taxas de ocupação. Somando-se aos sucessivos loteamentos irregulares que surgiram nas décadas seguintes, presenciamos atualmente na maioria das cidades da região estudada, a grande colcha de retalhos do tecido urbano, costurando a malha urbana de maneira desconexa e irregular, impedindo um fluxo harmônico e ordenado em relação ao sistema viário e de atendimento, como ambulâncias e corpo de bombeiros (ver mapa 3 e fotos 1 e 2 – antiga fazenda Aquidaban em Cachoeiro de Itapemirim).

MAPA 2: Bairro com adensamento demasiado, decorrente do loteamento original.

FOTO 2: **vista A**

FOTO 3: **vista B**

1.3. INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO:[9]

O Espírito Santo até a década de 70 era predominantemente dependente da monocultura do café. A sua localização estratégica na região sudeste, próximo dos grandes centros que concentram 70% do PIB nacional, tem contribuído para o seu desenvolvimento. A sua facilidade de escoamento de mercadorias tem oferecido vantagens e alternativas aos Estados vizinhos ao comércio internacional.

O parque industrial atual que começou a ser formado na década de 70, hoje conta, dentre outras, com a Companhia Siderúrgica Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce e a Aracruz Celulose, todas sempre em processo de expansão, oferecendo novos produtos para o consumo, acompanhando a demanda do mercado. Atualmente, a atividade petrolífera tem atraído novos investimentos em indústrias prestadoras de serviços. A economia do Espírito Santo tem um crescimento acima da média brasileira, sendo a 7ª mais competitiva. A perspectiva de investimentos públicos e privados, que estão direcionados para a indústria, infra-estrutura portuária, energia e prestação de serviços voltados ao comércio exterior, pode ultrapassar os US$ 7,5 bilhões até o final de 2005. Além da performance descrita, podemos destacar a atuação no cenário econômico:

Possui o maior complexo de pelotização de minério de ferro do mundo;

Maior produtor nacional de placas de aço;

Maior exportador de mármore e granito da América Latina;

(9) Fonte: ADERES – Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo.

Primeiro produtor e exportador mundial de celulose branqueada de fibra curta;

Segundo produtor nacional de mamão;

Segundo maior produtor nacional de café;

Segundo maior produtor nacional de chocolates.

O Estado conta com importantes pólos industriais espalhados no Estado que se destacam como o mármore e granito; fruticultura; moveleiro; e confecção. O potencial turístico tem movimentado bastante a economia, contando com suporte da iniciativa privada, como o hotel-escola SENAC e três faculdades de turismo. A facilidade de acesso aos recursos naturais, com distância média de 80 Km, separando as belas praias, de um clima agradável de montanha, tem atraído investimentos de grupos hoteleiros.

INDICADORES GERAIS DO ESTADO

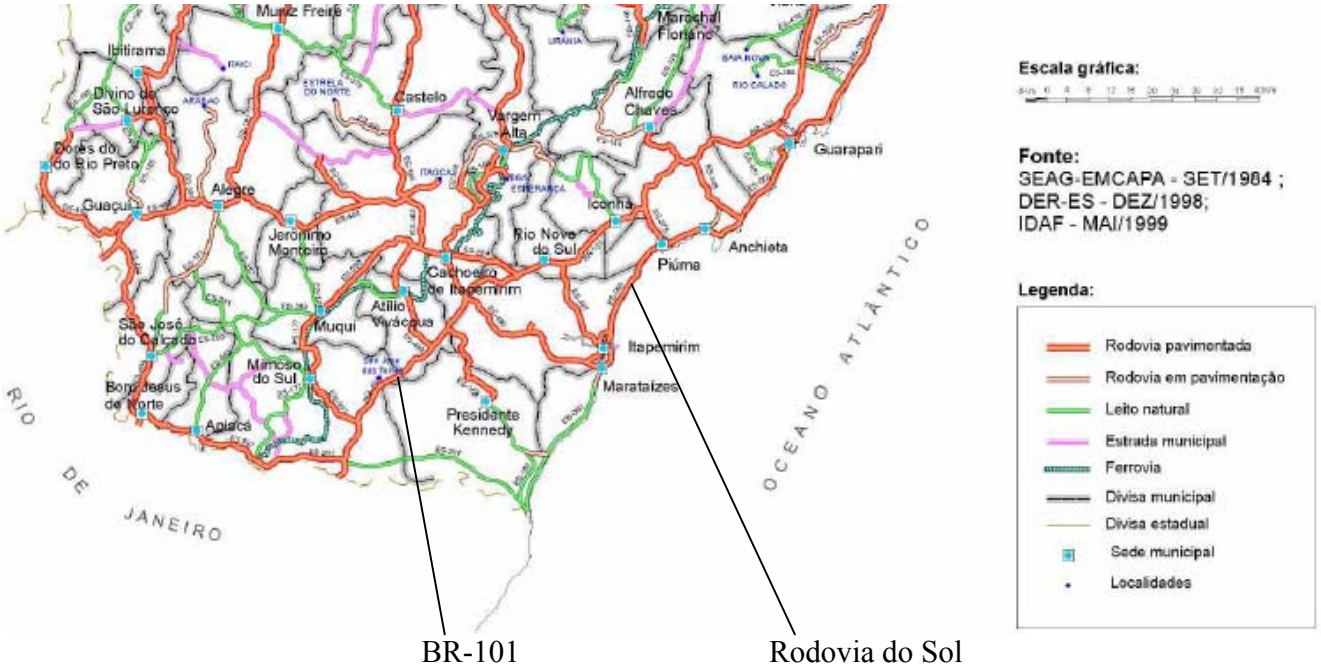
INDICADORES	UNIDADES	BRASIL	ES	ES/BR%
Área	K^{m^2}	8.511.965	45.597	0,54
PIB /2001[1]	US$ Bi	456,5	9,59	1,98
Exportação (US$ FOB)/2003[2]	US$ Bi	73,1	3,53	4,84
Importação (US$ FOB)/2003[2]	US$ Bi	48,30	2,16	4,47
População /2000[3]	Milhões	174,1	3,2	1,8
Índice de Alfabetização[4]	%	86,37	88,33	-
Grau de Urbanização[4]	%	81,25	79,52	-
Cobertura de esgotamento sanitário[5]	%	59,15	64,55	-
Índice de Desenvolvimento Humano[6]	IDH	0,769	0,767	-
Cresc. Vendas reais na Indústria - 2003[7]	%	0,5	7,8	-
Cresc. Emprego Industrial - 2003[7]	%	-0,1	0,3	-
Cresc. Produção Industrial - 2003[8]	%	0,3	11,6	-

Fontes: 1 Ipes e MDIC; 2 Sindiex e MDIC; 3 IBGE Censo 2000; 4 Datasus - 15 anos e mais; 5 Datasus; 6 Folha on-line; 7 IEL-ES - Janeiro/2003 sobre janeiro a junho 2002; 8 IBGE (janeiro a junho 2003)

1.4. RODOVIAS:

O Espírito Santo tem distribuído em seu território, uma malha rodoviária de três mil km de estradas pavimentadas. A principal via que corta o estado é a BR-101, uma pista que necessita de investimentos e melhorias urgentes. A rodovia litorânea, conhecida como "rodovia do sol", foi privatizada e tem recebido constantes investimentos, garantindo a melhoria de fluxo, segurança aos motoristas e proteção ao meio ambiente.

Como fluxo informacional, 410 km de fibra ótica já estão distribuídos e com sucessivos acréscimos. Porem, a condição precária da maioria das estradas vicinais tem impedido o bom fluxo de matéria-prima, mercadorias e produção aos centros consumidores.



MAPA 3: Malha Rodoviária – Sul do ES

BR-101: Corta o ES sentido norte-sul, desde a divisa BA/ES até a divisa ES/RJ, interligando as regiões Nordeste e Sudeste do País. Pela importância desta rodovia no transporte nacional, o tráfego de caminhões é intenso, sendo necessário ser duplicada, por medidas de segurança e para dar melhor vazão ao escoamento de mercadorias e matérias-primas. O setor sul desta rodovia conta com a passagem diária de nove mil veículos e atualmente está em processo de privatização.

BR-262: Corta o ES no sentido leste-oeste, ligando a capital Vitória, ao Estado de Minas Gerais. A falta de conservação e o alto índice pluviométrico da região serrana tornam esta via, detentora de um dos maiores índices de acidentes no Estado. Mesmo assim, é muito procurada por turistas mineiros na vinda ao litoral, principalmente nas férias escolares.

BR-482: Liga o município de sulino de Guaçuí, no entroncamento com a BR-101 ao sul de Minas Gerais. Essa ligação, além de proporcionar uma via de comércio intenso entre os dois estados, garante um importante fluxo de turistas na estação de verão.

1.5. INFORMAÇÕES SOBRE O PETRÓLEO NO BRASIL: [10]

1892 a 1896: É feita a primeira sondagem no município de Bufete – S.P., pela iniciativa privada.

(10) SINDIPETRO – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo.

1938: Acontece a nacionalização das riquezas do subsolo pelo governo, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo.

03/10/1953: Getúlio Vargas promulga a lei nº 2004, criando a PETROBRAS.

06/08/1997: Decretado o fim do monopólio de distribuição de derivados de petróleo e gás natural, e a conseqüente abertura das portas, tanto ao capital estrangeiro, quanto dos investimentos no mercado internacional através da Petrobras. Para o país atuar como regulador e fiscalizador do processo, foi criada a ANP – Agência Nacional do Petróleo, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A agência é responsável pelo cálculo e repasse dos royalties.

1.5.1. Petróleo no Espírito Santo:

Com as sucessivas descobertas de jazidas de petróleo e gás natural no litoral, tem-se criado além de expectativas, realizações e investimentos em infra-estrutura voltados para a cadeia produtiva do petróleo. O mesmo não podemos afirmar em relação ao território urbano, cuja análise é o objetivo da nossa dissertação.

A expectativa para 2005, amplamente divulgada pela imprensa, é de triplicar os resultados obtidos até o momento, passando para o 2º lugar na produção de petróleo do país. Essa produção seria capaz de abastecer todas refinarias da Petrobras durante seis anos, o que significa o repasse em royalties de US$ oito bilhões para o Estado. Como conseqüência, outros grandes projetos farão parte deste contexto, como gasodutos, termelétricas, indústrias de apoio ao

processo de prospecção e produção e o mais esperado neste cenário, a implantação de um pólo petroquímico.

Faremos um breve histórico das atividades petrolíferas no Estado:

1957: Uma equipe de sete pessoas inicia o levantamento geofísico da área terrestre da bacia espírito-santense, quando é efetuado o primeiro levantamento sísmico marítimo.

1959: É perfurado o primeiro poço exploratório da bacia 2-CBST-1-ES em Conceição da Barra (norte).

1968: Perfurado o primeiro poço na plataforma continental brasileira (1-ESS-1 - Espírito Santo Submarino).

1969: Perfurado o primeiro poço com petróleo em São Mateus (norte)1-SM-1-ES.

Década de 70: Em 1973 é dado o início da produção comercial de petróleo no Estado, com a sistematização da atividade exploratória.

Década de 80: Em 1983 é criada a Sede Administrativa da Petrobras no município de São Mateus (norte) e marca o apogeu da atividade exploratória terrestre.

Década de 90: Uso intensivo de novas tecnologias (sísmica 3D). Início do programa de parceria com empresas que possuem especialidades em Exploração e Produção. Primeiro poço em águas profundas do ES. (1999).

As atividades ligadas ao petróleo no Espírito Santo têm provocado um incentivo generalizado, tanto no meio empresarial, quanto dos trabalhadores em incluir em se currículo, alguma formação ligada ao setor. Existe uma grande expectativa de dependência a essa atividade, o que tem gerado uma quantidade enorme de cursos em vários níveis.

Se compararmos os resultados dos valores de royalties creditados nos 10 Estados com os maiores valores na tabela abaixo, e confrontarmos com os municípios componentes da região objeto de nosso estudo, teremos uma melhor noção do montante adquirido no sul do Estado. O caso do município sulino de Presidente Kennedy, que mesmo não tendo qualquer atividade direta em seu território, recebeu em 2004, quase o mesmo valor que o Estado do Ceará, considerado um bom produtor de petróleo.[11]

(11) O Ceará produz atualmente 100 mil barris diários. O Espirito Santo produz 50 mil barris diários a mais.

Royalties Acumulados em 2004:

BENEFICIÁRIOS	VALOR(R$)			
	Royalties até 5%	*Royalties* excedentes a 5%	Total*	Acumulado em 2004
ESTADOS				
ALAGOAS	1.693.617,30	1.029.096,40	2.722.713,70	20.476.379,24
AMAZONAS	5.909.925,71	4.398.555,80	10.308.481,51	79.090.645,12
BAHIA	7.046.948,90	4.597.779,46	11.644.728,36	90.771.493,46
CEARA	772.344,34	524.420,15	1.296.764,49	9.725.836,32
ESPIRITO SANTO	2.512.023,67	1.873.510,54	4.385.534,21	36.550.752,82
PARANA	542.567,68	284.848,03	827.415,71	5.086.443,58
RIO DE JANEIRO	53.378.884,98	39.275.738,17	92.654.623,15	716.454.014,32
RIO GRANDE DO NORTE	8.515.044,07	5.863.080,41	14.378.124,48	117.340.552,91
SAO PAULO	210.751,82	110.644,70	321.396,52	2.929.778,44
SERGIPE	3.463.440,01	2.429.399,67	5.892.839,68	44.694.819,72
	84.045.548,48	**60.387.073,33**	**144.432.621,81**	**1.123.120.715,93**

ANCHIETA	70.116,42	-	70.116,42	359.742,27
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	6.687,50	-	6.687,50	34.311,14
ITAPEMIRIM	78.530,39	222.149,69	300.680,08	3.726.344,90
MARATAIZES	4.681,25	31.711,91	36.393,16	498.438,22
PIUMA	3.845,31	-	3.845,31	19.728,90
PRESIDENTE KENNEDY	**56.093,13**	**665.805,82**	**721.898,95**	**7.120.555,15**

Royalties creditados em: 21/09/2004. Competência: Julho de 2004

Fonte: ANP - Agência Nacional do Petróleo / Superintendência de Controle das Participações Governamentais

CAPÍTULO II

2. O TERRITÓRIO

2.1. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM:

Diante da necessidade de um conhecimento prévio da região, consideramos a sua história de formação e o processo de desenvolvimento até os nossos dias, objetivando buscar uma solução factível de preparação da *urbe* existente (compreendendo o espaço urbano dos cinco municípios litorâneos e de Cachoeiro). Deve-se prever o aumento rápido da densidade populacional, ante o desenvolvimento econômico que se espera, propondo soluções adequadas para compor o crescimento demográfico com eqüidade social. O bom equilíbrio dessa evolução, é que conduzirá a um crescimento econômico estável.

Em suma, o objetivo da dissertação é buscar a análise dos meios de ligação entre o desenvolvimento econômico, e os caminhos adequados, naturais, orgânicos e sustentáveis da região em questão. Assim sendo, aumentam as possibilidades de viabilizar os possíveis planos e propostas de adequação da malha urbana quanto à futura demanda de imóveis na região, num processo de Gestão Democrática do Espaço Urbano. Em relação a este modelo de gestão, vale ressaltar que após a promulgação da Constituição de 1988, alterou-se o perfil do federalismo brasileiro, transferindo recursos e encargos da União para os estados e municípios. Com a possibilidade de nova organização institucional de caráter horizontal, os problemas e serviços

públicos da região estudada, podem ser resolvidos em ações de Gestão Regional, [12] formando uma Rede Federativa Regional e um novo Arranjo Produtivo Local (APL), dentro da economia de mercado originada pelo petróleo.[13]

Como o trabalho se baseia no estudo da relação entre a cidade e o petróleo, analisaremos o desenvolvimento urbano da região litorânea sul do Espírito Santo, em especial os cinco municípios: Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma e Anchieta e a relação de dependência destes com Cachoeiro de Itapemirim, por ser o pólo econômico da região.

Estaremos fazendo estudos comparativos com precedentes, principalmente o caso do norte-fluminense, onde o município de Campos que funcionou como um fiel da balança, dando suporte no início do processo de prospecção do petróleo em Macaé. Embora seja amplamente divulgado pelo governo que a nossa região, objeto de estudo não receberá uma base da Petrobras como em Macaé, a nossa linha de pensamento não está centrada na intensidade de investimentos e sim na similaridade da economia a ser praticada. Deste modo temos a hipótese de que Cachoeiro de Itapemirim cumprirá no início, o mesmo papel do município de Campos, como um fator regulador de crescimento dessa região, haja vista que este é o município que possui a melhor condição econômica do sul do Estado (ver tabelas dos indicadores sócio-econômicos). O papel principal e inicial deste município é de conter a especulação imobiliária, prevendo um estoque regulador de imóveis, seja terreno ou edificação[14], providenciados numa parceria entre a

(12) GOYTRE, Felix Arias. Trad. Eloá Jacobina."Concertações e Operações Urbanas: a experiência espanhola". *In*: ABRAMO, Pedro (org). *Cidades em Transformação: entre o plano e o mercado, experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano*, R.J.: UFRJ / IPPUR, 2001, pp.134-136.

(13) FARAH, Marta F. S. "Gestão Pública Local, Novos Arranjos Institucionais e Articulação Urbano-Regional". *In Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões*. S.P.: UNESP, 2000, pp.81-93.

(14) Medida semelhante foi usada por Maurício de Nassau em 1639, traçando operações urbanas para combater a supervalorização dos imóveis em Recife e Olinda. Tratou de criar a Cidade Maurícia e ampliar a oferta de terrenos em Recife, através de novos aterros. Quando a demanda não era suficiente, providenciava a proibição de novas construções na cidade adensada. Para facilitar

municipalidade e a iniciativa privada, embasada no princípio da PPP – Parceria Público Privada e nos instrumentos contidos no Estatuto da Cidade.

O incentivo ao estabelecimento de empresas e residências, deve prever a geração de emprego e renda e não somente dispor de terras urbanas, provenientes do meio natural para a acumulação e adensamento demográfico (ver Anexos 1 e 2). Esta relação entre o ambiente natural e o ambiente construído precisa fundamentar-se no estudo entre o *espaço* e o *tempo*. Primeiro, é necessário levantar a produção espacial do que está edificado. Segundo, é preciso dispor de instrumentos de gestão do território para criar subsídios para as definições de desenvolvimento de PPA's - Programas Pluri-Anuais.

De início, para conhecer a atual situação dos municípios, apresentaremos algumas particularidades da região estudada, como forma de mostrar melhor a sua configuração. Um mapa demonstra a situação físico-geográfica da região, a qual ressaltamos a característica comum dos municípios litorâneos, que é um terreno de fácil assentamento, diferente do centro e do oeste montanhoso. Este elemento vai auxiliar na condução de uma vertente da pesquisa em relação à proposta de ocupação da região, a qual relataremos mais adiante.

Em seguida, apresentamos alguns indicadores sócio-econômicos e informações básicas a respeito dos municípios pertencentes ao espaço pesquisado. A configuração deste espaço, da qual precisamos para propor estratégias e políticas públicas, depende do total

os novos assentamentos, Nassau importou um modelo pré-fabricado de residência, que acelerava a ocupação dos terrenos propostos. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1996 (2ª ed.). *Passim*.

conhecimento destes dados, que serão confrontados entre si e analisados com outros índices ligados à economia petrolífera.

2.2. PERFIL DOS MUNICÍPIOS:

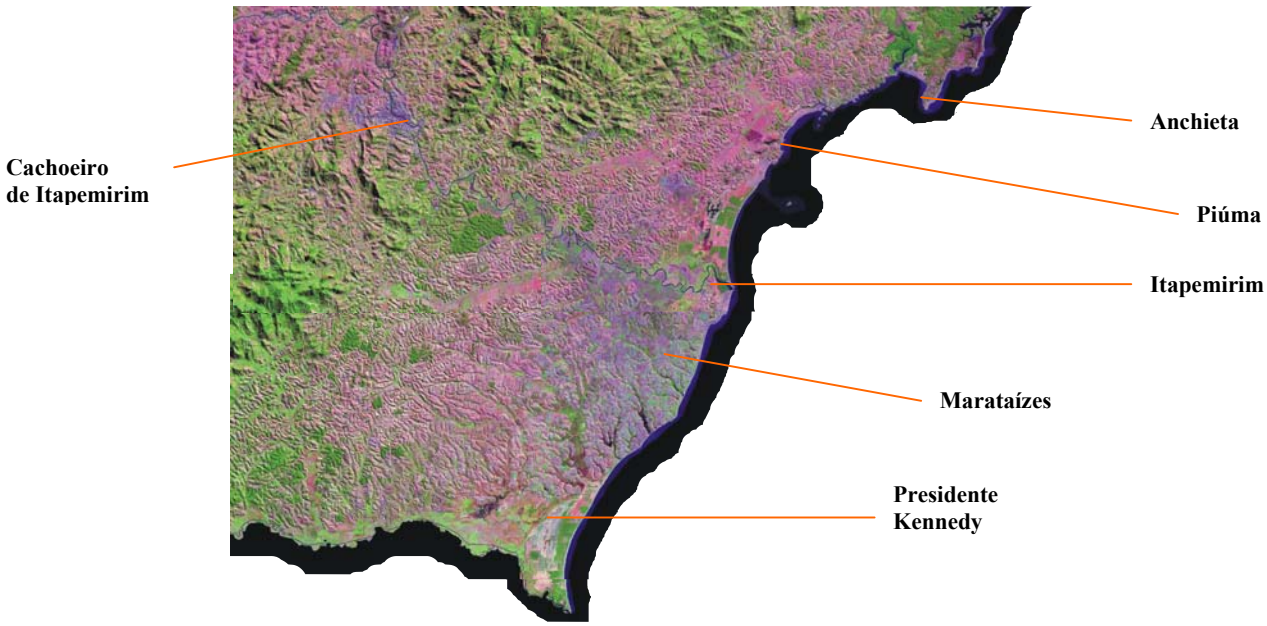


FOTO 4: vista de satélite da região

Fonte: EMBRAPA

- **Presidente Kennedy**:

Município criado em 1964, emancipado de Itapemirim, conta com 26,5% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 579 Km^2. A localidade foi sede de uma das três fazendas dos jesuítas no Estado (Muribeca) em meados do séc

XVII, responsável por abastecer a Ordem com o gado bovino. Com a expulsão dos inacianos, a região entra em decadência e se restabelece com a abertura da estrada, ligando ao Quartel da Barca (Cachoeiro de Itapemirim). Distância da capital: 154Km.

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	Total
Presidente Kennedy	7.025	2.530	9.555

Banco de Dados IPES - Inst. de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves
Fonte dos dados: IBGE – Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios - 2000

Atividades	Presid. Kennedy
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	50,9
Pesca	3,0
Indústrias extrativas	0,1
Indústrias de transformação	5,8
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,6
Construção	2,7
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	8,6
Alojamento e alimentação	2,8
Transporte, armazenagem e comunicações	2,3
Intermediação financeira	0,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2,0
Administração pública, defesa e seguridade social	9,6
Educação	3,8
Saúde e serviços sociais	0,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,6
Serviços domésticos	5,3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	0,3
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Presidente Kennedy	64,24	76,65	74,89	147,38	0,654	0,761	0,606	0,674

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Presidente Kennedy	0,2539	0,2493	0,0377	0,0761	0,0893	0,1412	55º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Presidente Kennedy	6	0,09	94	0,07

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda Per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Presidente Kennedy	33.772	9.699	3,48

Fonte: IPES

- **Marataízes**:

A história de sua origem é comum ao município de Itapemirim, do qual foi emancipado e criado em 1997. Conta com 77,6% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 132 Km^2. Distância da capital: 127 Km.

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	total
Marataízes	6.846	23.757	30.603

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios - 2000

Atividades	Marataízes
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	19,6
Pesca	7,8
Indústrias extrativas	0,0
Indústrias de transformação	5,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,7
Construção	8,4
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	21,5
Alojamento e alimentação	4,4
Transporte, armazenagem e comunicações	3,1
Intermediação financeira	0,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4,6
Administração pública, defesa e seguridade social	6,1
Educação	5,1
Saúde e serviços sociais	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,2
Serviços domésticos	6,8
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	0,3
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Marataízes	64,24	87,37	76,80	226,36	0,654	0,839	0,678	0,723

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Marataízes	0,3562	0,2691	0,0121	0,0601	0,1028	0,1601	42º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Marataízes	25	0,39	83	0,07

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda Per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Marataízes	77.462	27.499	2,82

Fonte: IPES

Composição setorial do PIB municipal - 1998

Município	Setor primário		Setor secundário		Setor Terciário		PIB Mun, total		
	%	R$1.000	%	R$1.000	%	R$1.000	Pr. Básicos Em R$ 1.000	%	Pr. Mercado Em R$ 1.000
Marataízes	0,55	7.184	0,01	460	0,7	58.375	66.018	0,45	77.462

Fonte: IPES

- **Itapemirim**:

Tem a sua ocupação iniciada em 1539. Em 1700 começa a cultura da cana-de-açúcar. Tinha um importante porto de escoamento de produção de alimentos, quando Cachoeiro de Itapemirim no início do século 20, conseguiu o nível de maior produtor nacional de café. Município criado em 1890, conta com 57,4% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 566 Km^2. Distância da capital: 122 Km.

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	total
Itapemirim	11.988	16.133	28.121

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios - 2000

Atividades	Itapemirim
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	19,8
Pesca	10,5
Indústrias extrativas	0,4
Indústrias de transformação	13,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,4
Construção	8,0
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	13,9
Alojamento e alimentação	4,7
Transporte, armazenagem e comunicações	3,5
Intermediação financeira	0,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2,8
Administração pública, defesa e seguridade social	4,2
Educação	3,9
Saúde e serviços sociais	1,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,3
Serviços domésticos	7,9
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	1,5
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Itapemirim	64,24	85,14	67,37	153,96	0,654	0,792	0,613	0,687

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Itapemirim	0,3177	0,2321	0,0412	0,1626	0,1257	0,1759	33º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Itapemirim	25	0,39	606	0,48

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda Per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Itapemirim	114.332	26.560	4,3

Fonte: IPES

Composição setorial do PIB municipal - 1998

Município	Setor primário		Setor secundário		Setor Terciário		PIB Mun, total		
	%	R$1.000	%	R$1.000	%	R$1.000	Pr. Básicos Em R$ 1.000	%	Pr. Mercado Em R$ 1.000
Itapemirim	0,93	12.126	0,68	35.363	0,6	49.952	97.441	0,66	114.332

Fonte: IPES

- **Piúma**:

Em 1585 o padre José de Anchieta se instala na aldeia de índios puris denominada Piu, tranferindo-se em 1587 para Iriritiba (atual Anchieta). Município criado em 1963, conta com 94% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 74 Km^2. Possui a única Escola de Pesca do país. Distância da Capital: 90 Km.

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	total
Piúma	886	14.101	14.987

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios - 2000

Atividades	Piúma
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6,8
Pesca	5,5
Indústrias extrativas	0,7
Indústrias de transformação	9,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,8
Construção	14,5
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	23,2
Alojamento e alimentação	6,2
Transporte, armazenagem e comunicações	3,0
Intermediação financeira	0,3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4,9
Administração pública, defesa e seguridade social	3,9
Educação	5,8
Saúde e serviços sociais	1,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,7
Serviços domésticos	9,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	0,2
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Piúma	72,02	89,93	76,22	244,33	0,784	0,854	0,691	0,776

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Piúma	0,3882	0,4313	0,129	0,0983	0,0743	0,2242	14º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Piúma	39	0,61	137	0,11

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Piúma	46.592	12.960	3,6

Fonte: IPES

Composição setorial do PIB municipal - 1998

Município	Setor primário		Setor secundário		Setor Terciário		PIB Mun, total		
	%	R$1.000	%	R$1.000	%	R$1.000	Pr. Básicos Em R$ 1.000	%	Pr. Mercado Em R$ 1.000
Piúma	0,07	861	0,01	366	0,46	38.482	39.709	0,27	46.592

Fonte: IPES

- **Anchieta**:

Fundado em 1579 pelo padre Anchieta, a antiga aldeia foi sede de uma das quatro igrejas jesuítas no Estado que possuíam um colégio. Município criado em 1890, conta com 69,6% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 420 Km^2.

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	total
Anchieta	5.945	13.272	19.217

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios – 2000

Atividades	Anchieta
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	19,8
Pesca	7,4
Indústrias extrativas	2,5
Indústrias de transformação	6,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,8
Construção	7,7
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	11,6
Alojamento e alimentação	7,1
Transporte, armazenagem e comunicações	4,0
Intermediação financeira	1,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3,1
Administração pública, defesa e seguridade social	6,3
Educação	7,6
Saúde e serviços sociais	2,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,0
Serviços domésticos	8,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	2,1
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano - 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Anchieta	72,02	89,60	88,16	227,80	0,784	0,891	0,679	0,785

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Anchieta	0,3463	0,3434	0,2176	0,7481	0,255	0,3821	4º

Fonte: IPES - Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Anchieta	32	0,50	797	0,63

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda Per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Anchieta	410.407	18.240	22,5

Fonte: IPES

Composição setorial do PIB municipal - 1998

Município	Setor primário		Setor secundário		Setor Terciário		PIB Mun, total		
	%	R$1.000	%	R$1.000	%	R$1.000	Pr. Básicos Em R$ 1.000	%	Pr. Mercado Em R$ 1.000
Anchieta	0,77	9.997	5,33	276.182	0,77	63.596	349.775	2,36	410.407

Fonte: IPES

- **Cachoeiro de Itapemirim**:

A ocupação do território se inicia como um ponto de parada dos tropeiros e aventureiros que se dirigiam às minas de ouro do Castelo e Lençóis (Serra do Caparaó). Com a construção do Quartel da Barca, se intensificam os assentamentos. Município criado em 1890, conta com 88,9% de população urbana (IBGE 2000), e um território de 881 Km^2. Desde fins do século XIX, tornou-se pólo de atração regional do sul do Estado (ver Histórico da Região).

SOCIOECONOMIA

DEMOGRAFIA

População residente por situação do domicílio nos municípios - 2000

Município	Rural	Urbana	total
Cachoeiro de Itapemirim	19.478	155.401	174.879

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE
Nota: dados de 1991 ajustados por estimativas para os municípios desmembrados na década de 90.

TRABALHO

Estrutura do emprego, por atividade econômica nos municípios - 2000

Atividades	Cachoeiro de Itapemirim
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	7,1
Pesca	0,1
Indústrias extrativas	**1,7**
Indústrias de transformação	**19,2**
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,4
Construção	**7,7**
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	**21,0**
Alojamento e alimentação	4,6
Transporte, armazenagem e comunicações	**6,7**
Intermediação financeira	1,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	**4,4**
Administração pública, defesa e seguridade social	4,4
Educação	4,8
Saúde e serviços sociais	3,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,1
Serviços domésticos	8,9
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0
Atividades mal especificadas	1,4
Total das atividades	100,0

Banco de Dados IPES - Fonte dos dados: IBGE. microdados Censo 2000

INVESTIMENTOS

IDH

Índice de desenvolvimento humano – 2000

Município	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de freqüência escolar (%)	Renda per capita (em R$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH-M)
Cachoeiro de Itapemirim	68,92	91,11	77,85	275,62	0,732	0,867	0,711	0,770

Fonte: PNUD /IPEA

IDM

Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para grandes e médios empreendimentos (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios de ES (IDM-ES) - 2000

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no ranking
Cachoeiro de Itapemirim	0,4763	0,382	0,107	0,2539	0,3271	0,3092	6º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES - 2000

EMPRESAS

Número de empresas e pessoal ocupado, segundo municípios - 2002

Município	Nº de empresas	%	Pessoal	%
Cachoeiro de Itapemirim	587	9,19	10.211	8,07

Fonte: IEL – Inst. Euvaldo Lodi /IDEIES – Inst. De Desenvolvimento Industrial do ES

PIB

Renda Per Capita municipal - 1998

Município	PIB (Preços de Mercado)	População	Renda Per Capita (em R$ 1.000,00)
Cachoeiro de Itapemirim	989.839	153.559	6,45

Fonte: IPES

Composição setorial do PIB municipal - 1998

Município	Setor primário		Setor secundário		Setor Terciário		PIB Mun, total		
	%	R$1.000	%	R$1.000	%	R$1.000	Pr. Básicos Em R$ 1.000	%	Pr. Mercado Em R$ 1.000
Cachoeiro de Itapemirim	1,6	20.890	7,37	382.128	5,3	440.585	843.603	5,7	989.839

Fonte: IPES

Comentário:

A tabela referente à estrutura de emprego por atividade econômica em Cachoeiro de Itapemirim engloba nos itens demarcados em negrito, as atividades componentes do Arranjo Produtivo Local do Setor de Construção Civil. Com essa observação fica mais fácil entender a complexidade e importância desse setor na região, pois, detém a grande parcela da sociedade sem qualificação profissional. As crises e planos econômicos no país, que causaram recessão; primeiro geraram considerável desemprego na Construção Civil, refletindo problemas na região. Haja vista que alguns serviços e uma pequena parcela de mão-de-obra é proveniente de municípios vizinhos, reforçando a interligação econômica em rede das cidades do sul do Estado.

2.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Encontramos na Série *Gestão do Uso do Solo,* [15] produzida pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a mesma linha de pensamento que definimos o marco referencial de nossa pesquisa. Uma avaliação do contexto do objeto de estudo, constando de uma análise da caracterização físico-territorial; disponibilidade de infra-estrutura; investimentos; índices sócio-econômicos, todos observando a relação com a economia do mercado em questão.

Adotamos o conceito de "*mobilidade social"* para explicar o fenômeno da estratificação e deterioração, ocorrido dentro de uma sociedade urbano-industrial. Este se apresenta em três categorias distintas: a *mobilidade vertical*, a qual se observa mudança de

(15) Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana – vol 3 / IPEA/ USP/ UnB/ UFRJ. Brasília: IPEA, 2001.

posição na estratificação social. A *mobilidade horizontal*, que apresenta o deslocamento físico-territorial da população; e a *mobilidade em profundidade*, que relata o comportamento psico-social, em função das mudanças de posição dentro da sociedade, geralmente provenientes de questões financeiras. Destes, usaremos apenas as duas primeiras categorias.

Assim a sistematização do estudo deste tema é necessária para prever o desenvolvimento sustentável, evitando impactos urbanos e ambientais negativos, o desequilíbrio social, a *exclusão social* e *territorial* das comunidades em questão. O primeiro modo possível de exclusão se refere à *mobilidade vertical*. Quando surge a possibilidade de acontecer um processo de pauperização, transferindo certos segmentos da sociedade a participarem economicamente de níveis inferiores de poder aquisitivo, ou criarem novos estamentos relativos a sua característica na sociedade. O segundo modo possível de exclusão é referente à possibilidade de presenciarmos um grande processo de *deslocamento*, devido à inevitável "gentrificação". As áreas centrais destas pequenas localidades se tornariam objeto de cobiça, transferindo fisicamente parte da população para a periferia na disputa territorial, prevalecendo nesta zona quem tiver o maior poder aquisitivo. Como a tendência nessa mudança é ocupar áreas de menor valor, a disputa seria entre a população rural que é atraída para a cidade e os moradores que saem da cidade num movimento centrífugo, que tendem a ocupar o espaço periférico do *continuum folk-urbano*, de acordo com a teoria de Robert Redfield.[16]

---

(16) A teoria desenvolvida pelo antropólogo norte-americano baseia-se no contraste entre a comunidade urbana e a comunidade periférica. Sustentava a idéia de que quando uma comunidade *folk* passava a conviver em áreas urbanas, mais heterogêneas seria, perdendo o senso de organização e aumentando os conflitos sociais. Oscar Lewis rebate, argumentando que o processo de urbanização não deve ser visto de modo inferencial e sim observar o momento histórico em que ocorrem as alterações culturais. REDFIELD, Robert. *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1941. Cf. Lewis, Oscar. *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Urbana: Univ. Illinois Press, 1951. *Apud* OLIVEN, *op. cit*., pp. 24-29.

Com o levantamento das bases conceituais, a formação do caminho teórico delineou a dissertação, visando justificar a criação e manutenção de ambientes auto-sustentáveis para o conjunto dos municípios em estudo. Este princípio de *sustentabilidade* é a base do caminho para que as comunidades afetadas por um processo intensivo e sistemático de atividades econômicas devem acolher. Entendemos que tal necessidade de encontrar o desenvolvimento sustentável deve ser discutido com todos seguimentos da sociedade, e nesse momento as ONG's devem assumir a sua responsabilidade no contexto social. Justificaremos melhor o conceito adotado de sustentabilidade, fazendo um breve histórico da evolução do movimento ambiental.

2.3.1. SUSTENTABILIDADE - EVOLUÇÃO DO CONCEITO:

Não retornando excessivamente na história, mas iniciar lembrando do importante fato que contribuiu para o estudo e definição do meio ambiente, que é a formulação da teoria dos sistemas abertos[17], desenvolvida no final da década de 30, pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972).

Com a publicação em 1945 do livro "Walden II - Uma Sociedade Para o Futuro", Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), o criador do *behaviorismo*, preconiza um novo modo de organização social, levando-se em conta o esgotamento dos recursos naturais e influencia alguns movimentos preservacionistas. A qualidade de vida passa então a ser requerida em vários movimentos sociais e é na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948[18], a resposta a

(17) A Teoria Geral dos Sistemas consiste em "componentes interdependentes que interagem regularmente e formam um todo unificado". Definição encontrada no Webster Collegiate Dictionary.

(18) Artigo 25: "Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis".

esses movimentos. O biólogo norte-americano, Aldo Leopold (1887-1948), teve a sua obra postumamente publicada em 1949, “A Ética da Terra”, abordava o que danificava um ecossistema estava ”eticamente e esteticamente errada.” A década de 50 continua com as preocupações de preservação de animais, criando convenções. Em 1962, Rachel Carson (1907-1964) publica o livro “Primavera Silenciosa”, denunciando a diminuição da qualidade de vida e alertava quanto ao uso descontrolado dos agrotóxicos nos produtos agrícolas.

Em abril de 1968 acontece uma reunião que marca o movimento ambiental. O economista italiano Aurélio Peccei (1908-1984) reúne cientistas, educadores, humanistas, industriais e funcionários públicos, com o objetivo de discutir temas relacionados às crises do momento, como o desequilíbrio entre a riqueza e a pobreza, ou até mesmo a miséria; a degradação do meio ambiente; e o crescimento urbano acelerado. Assim surgia o “Clube de Roma”, que em 1972 publicaria o livro “Limites do Crescimento”. Nesta década prevaleceu um pensamento libertário e reivindicatório pela preservação ambiental, pela paz e por direitos humanos. Em 1971, Eugene P. Odum (1913-2002) lança o livro “Ecologia Básica”, que influenciou vários movimentos preservacionistas.

Foi sem dúvida o que mais influenciou o mundo no assunto ambiental, na década de 70, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia em 1972, reunindo 113 países. Os seus organizadores já se reuniam no ano anterior no encontro de Founex, para discutirem pela primeira vez, a relação de dependência entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, originando vários encontros e relatórios internacionais. Em Estocolmo, foram formulados a Declaração sobre o Ambiente Humano e um Plano de Ação, que enfatizava a educação como fator de combate a crise ambiental. Deste

encontro o pensamento protecionista evoluiu para uma atividade de gestão da Terra pelo homem. Incluiu o papel de responsabilidade dos países em desenvolvimento e foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Destaca-se a importante atuação do professor Ignacy Sachs[19] (1927-) na organização deste evento, sendo que foi autor do termo "ecodesenvolvimento", defendendo a idéia que o ambiente humano deveria contemplar a eficiência econômica, com prudência ecológica e justiça social. Este pensamento foi a base do conceito do *desenvolvimento sustentável*.

Em 1973, o filósofo norueguês Arne Naess (1912-) criou a expressão "ecologia profunda", julgando que a responsabilidade ambiental deveria ser mais do que antropocêntrica e sim uma visão sistêmica de todos seres, a qual o homem também pertencia. Esta visão dá inicio às preocupações relativas à *auto-sustentabilidade*. Neste mesmo ano, acontece o "primeiro grande choque do petróleo" e uma conseqüente corrida para as fontes alternativas de energia, das quais a nuclear, tomou grande pulso. Ainda neste ano, o economista Ernest Friedrich Schumacher (1911-1978), publica o livro "O Negócio é ser Pequeno", mostrando uma nova concepção de unidade de trabalho, com mais eficiência, adaptando-se às economias locais. Em 1974 é publicada a Declaração de Cocoyoc, apontando a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Em 1975, o ERDA – Energy Research and Development Administration, considerava a energia solar, a fonte alternativa mais promissora e incluía como política pública norte-americana.

Sob a influência dos encontros internacionais ocorridos nos anos anteriores, é publicado ainda neste ano, o influente Relatório "What Now", reforçando o paradigma do

(19) SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. RJ: Garamond, 2002. *Passim*.

caminho do meio, propondo alternativas endógenas para o desenvolvimento orientado para as necessidades e em harmonia com a natureza. Vários encontros culminam no Seminário Internacional de Educação Ambiental, resultando a Carta de Belgrado que enfatiza a importância do ensino como fator de equilíbrio sócio-ambiental.

Em 1977, acontece em Tbilisi, na Georgia (antiga URSS), a I Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente, fonte de inspiração para a disseminação das ONG's (organizações não-governamentais) e um novo perfil de gerência e administração, com ênfase na sustentabilidade e no aproveitamento adequado dos materiais. O uso de tecnologias limpas; o reuso da água; a reciclagem dos materiais inorgânicos (papel, vidro, alumínio e plástico); a reutilização de compostos orgânicos por biodigestores; e o uso de produtos biodegradáveis passa a ser freqüente, criando um novo paradigma na história do pensamento científico e do senso comum.

Acompanhando esse movimento, os partidos políticos começam a se envolver e surgem os partidos verdes, com uma visão pós-materialista. Dentro deles estavam intelectuais que tiveram uma transformação questionada pela esquerda mais radical, provavelmente estivessem replicando que eles estivessem demasiadamente maduros para passarem da condição de vermelho para o verde.

Em 1980, Ignacy Sachs publica o seu livro "Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir", com grande repercussão no meio científico, defendendo a postura de equilíbrio endógeno entre os interesses econômicos e a gestão dos recursos naturais. Em 1983 a Assembléia Geral da ONU, delibera a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, com o objetivo de preparar uma "agenda global para mudança", designando a líder do partido trabalhista norueguês Gro Harlem Brundtland (1939-). No ano seguinte começa a ser publicado anualmente nos Estados Unidos, o "Estado do Mundo: informe do Worldwatch Institute sobre o progresso para uma sociedade sustentável", consulta obrigatória para questões ambientais. Em 1985 foi realizada a Convenção de Viena, comprometendo alguns países a investirem na questão de saúde humana em função das modificações da camada de ozônio. Em 1987, acontece a II Conferência Mundial sobre a Educação Ambiental, enfatizando a necessidade de resolver os problemas ambientais com meios tecnológicos originados por fatores sociais, econômicos e culturais. Neste ano, após a divulgação do Relatório Brundtland propaga-se o conceito de *desenvolvimento sustentável* embasado nos eixos: *crescimento econômico*, *eqüidade social* e *equilíbrio ecológico*. No final da década de 80, surge a Economia Ecológica, estabelecendo a relação entre os ecossistemas e opondo-se à economia clássica. Firma-se o paradigma da sustentabilidade, amplamente divulgada pela ONU, fundamentando-se na adoção dos três E's – Economics, Environment e Ethics. O conceito referia a necessidade de investimentos econômicos, aliados a diretrizes ambientais e associados à inclusão social.[20]

Em junho de 1992 acontece a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *Cúpula da Terra*, conseguindo reunir 179 países. Dos vários resultados, destaca-se a *Agenda 21*, compromisso assumido pelos países participantes em cumprir metas agendadas de desenvolvimento sustentável para o século 21, apresentando seis temas básicos:

(20) Baseado na disciplina "Urbanismo e Sociabilidade" do Seminário PROURB – UFRJ, em 10 de novembro de 2003, proferida pelo professor Bernard Barraqué, da Universidade de Paris VII.

1) *agricultura sustentável*;

2) *cidades sustentáveis*;

3) *infra-estrutura e integração regional*;

4) *gestão dos recursos naturais*;

5) *redução das desigualdades sociais*;

6) *ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável*.

Com uma metodologia própria, a agenda não é um resumo de intenções e sim um plano com sugestão de programas, metodologias e monitoramento de ações. Aos países desenvolvidos, são sugeridas alternativas adequadas de padrão de consumo e orientação de produção econômica. Este documento foi de grande importância para a elaboração do *Protocolo de Kyoto*[21], o qual é um grande avanço para o equilíbrio econômico mundial. Os países desenvolvidos que estiverem com alto índice de emissão de carbono, podem adquirir cotas de investimento em projetos ambientais de países em desenvolvimento, em forma de commodities ambientais, dentro de um mercado de créditos de investimentos em MDL – mecanismo de desenvolvimento limpo. O impasse se dá pela dificuldade na adaptação por matrizes energéticas menos agressivas, pelos altos investimentos em tecnologias e pesquisas, como o caso dos Estados Unidos, responsáveis por 36% de toda emissão global.

O fato é que o desenvolvimento sustentável é um processo em evolução, porém, é consenso a adoção da trilogia: economia, ambiente e sociedade nos estudos relativos a

(21) Em 1997, foi assinado em Kyoto, no Japão, um documento que determinava a redução de 5,2% da emissão de carbono na atmosfera, como forma de diminuir o aquecimento global pelo efeito estufa. Após a assinatura da Rússia, o Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. O documento estabelece a divisão em dois grupos. O *Anexo A*, composto pelos países industrializados, que estão obrigados em reduzir a emissão de carbono. O *Anexo B*, composto pelos países em desenvolvimento, que não estão obrigados a reduzir emissões até a vigência do acordo, com revisão programada para 2012.

sustentabilidade, como pudemos ver a sucessão cronológica de acontecimentos. É importante destacarmos que a nossa asserção em analisar os reflexos da economia petrolífera no ambiente determinado, se dá no contexto de encontrar proposições para o desenvolvimento da região, não necessariamente atrelado ao crescimento. O que poderia ser considerado simplesmente um choque degradante para a sociedade, o processo internacionalizado da economia comumente designado de *globalização*, deve servir de apoio aos investimentos sustentados. Devemos retirar do capital gerado pela economia petrolífera, aquilo que interessa e beneficia a sociedade e o ambiente, seja ele natural, ou construído. Assim como se isola um vírus, para retirar dele o elemento que o combate, os projetos sustentáveis devem ser planejados de maneira a garantir um desenvolvimento da região, porém, freando a natural sede de crescimento degradante e, às vezes, selvagem do capital.

2.4 INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS:

Novos mecanismos são procurados com o intuito de melhorar o desempenho administrativo governamental. Dos vários adotados, saliento os índices que têm como finalidade, conhecer e registrar as condições de vida da população. O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelos economistas Mahbud ul Haq e Amartyia Sen, para o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1990, trouxe inovações ao introduzir quesitos para a sua amostragem, o que antes era usado apenas o PIB – Produto Interno Bruto. Este é composto basicamente por três fatores de igual peso: *longevidade* (esperança de vida ao nascer); *educação* (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo); e *renda* (familiar *per capita* média ajustada). O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento de países com uma

variação entre 0 e 1, classificando-os como: baixo (até 0,499); médio (entre 0,5 e 0,8) e alto (acima de 0,8). Para ajustar esses índices à aplicação na escala municipal, tornaram-se necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais e várias instituições criaram as suas versões. Em 1996, a FJP - Fundação João Pinheiro, junto com o IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, adequaram tal índice para aferir o desenvolvimento dos municípios brasileiros, criando o IDH-M. Assim foram criados vários índices de alcance local, avaliando a situação dos municípios diante do processo de desenvolvimento dos mesmos. O CIDE - Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro lançou em novembro de 1998 o IQM - Índice de Qualidade dos Municípios, o qual classificou Macaé com 0,4686. O IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, também classificou os municípios do Espírito Santo (ver tabelas de indicadores sócio-econômicos dos municípios).

Outro índice largamente adotado é o ICV - Índice de Condição de Vida, incluindo 20 indicadores básicos, agrupados em cinco dimensões. *Renda* (contando com cinco indicadores); *educação* (com cinco indicadores); *infância* (com quatro indicadores); *habitação* (com quatro indicadores); e *longevidade* (contando com dois indicadores).

Esses índices nos ajudam a entender e aferir o desempenho governamental e os reflexos sociais relativos a esses investimentos. Por exemplo, no Brasil da década de 70, período conhecido como “milagre brasileiro”, teve o crescimento do IDH em 48,5%. Porém, isto se deu basicamente em função do crescimento do PIB per capita de 115%, enquanto os índices de longevidade e educação, aumentaram apenas 33% e 15%, respectivamente. Já o período conhecido como a “década perdida”, de 1980 a 1991, o IDH do país aumentou apenas 7,3%. Mas

ao contrário do período anterior, este aumento se deveu aos dados relativos a longevidade (11,8%) e a educação (8,7%), enquanto os dados relativos à renda cresceram apenas 2,9%.

Esses dados servem para atestar a nossa hipótese relativa aos reflexos da economia petrolífera no ambiente urbano e regional, pois, entendemos que o simples investimento econômico, principalmente proveniente dos royalties, não são a garantia para o bom desenvolvimento social. No item *2.4 Precedentes* exemplificamos melhor com análise de cidades envolvidas com o petróleo.

Porém, notamos a necessidade de utilizar esses índices como forma de facilitar o monitoramento do processo de ocupação territorial, cruzando dados relacionados ao uso, ocupação, infra-estrutura, e a qualidade de vida dos assentamentos pesquisados. Assim, podemos medir a necessidade de utilizar os Instrumentos de Indução Urbana, constantes no Estatuto da Cidade, a fim de incentivar o adensamento, ou frear a ocupação de determinado local. Faz-se necessário, então, desenvolver a proposta de um Índice de Qualidade de Urbana (IQU), que auxiliará na medição e acompanhamento do desenvolvimento urbano da área proposta ao estudo. Ele terá a finalidade de facilitar o monitoramento dos reflexos causados no espaço urbano e regional pela economia proveniente do petróleo, configurando melhor o ambiente, dentro de uma proposta de gestão do uso e ocupação do solo.

Com a delimitação da abrangência da pesquisa nos cinco municípios do litoral sul do ES e de Cachoeiro de Itapemirim, foram levantados dados referentes a estas localidades, como informações referentes ao perfil dos municípios e índices sócio-econômicos. Após a análise dessas informações, foram descartados os dados sem relevância às hipóteses e prosseguimos

cruzando informações relevantes às condições de vida e a geração de renda, incluindo royalties. Várias informações foram essenciais para a formatação de nossa metodologia, pois, os resultados analisados nos levavam ao entendimento de uma análise regional. Podemos exemplificar a confrontação de dados que nos interessaram, citando os resultados relacionados entre a *demografia* e *território*, e entre a *demografia* e *mercado* que serão apresentados no *Capítulo III*.

Ainda nesta análise, percebemos que o município de Presidente Kennedy, que recebe a maior parcela referente aos royalties, tanto do campo de Jubarte-ES, quanto de uma parte do campo de Roncador-RJ, é o que tem os menores índices de qualidade de vida (ver Tabela de royalties / Perfil dos municípios: Presidente Kennedy). A partir dessa configuração fica ratificada a sugestão inicial de que o fluxo de capital proveniente do petróleo, como outra concentração de riquezas pode originar, tanto benefícios como malefícios na formação social.

Para a análise e ações em relação à Gestão Territorial da área delimitada, não estudaremos os meios de produção escolhidos para a prospecção petrolífera. Não há relevância nos métodos de captação, exploração e produção do petróleo (*upstream*) nesta região, pois, a prática desta é totalmente *off-shore*, não envolvendo qualquer meio do processo de captação em terra, como nos municípios do norte do Estado. Seja por navio-plataforma, ou uma plataforma convencional, ou até mesmo se a coleta do produto for por meio de uma tubulação, isso não interfere na conformação do território estudado. Nem mesmo o processo de refino, distribuição e transporte (*downstream*) nos interessam, pois, a tecnologia é constantemente renovada e melhorada, podendo ser projetado um modelo de distribuição e ser alterado em poucos anos. Porém, é importante observar o modo de produção, principalmente em relação ao envolvimento da classe trabalhadora neste processo. Esta classe interfere muito mais na configuração espacial

das cidades envolvidas, do que o tipo de equipamento utilizado nos procedimentos da cadeia produtiva gerada pelo petróleo. É mais importante saber se há necessidade de implantação de uma refinaria no território, que provocaria alterações significativas na comunidade existente e no ambiente urbano e regional. Até mesmo o número de turnos das operações, ou se a qualidade do produto encontrado enseja a participação de um número maior de técnicos, despertam maior interesse pela organização espacial. Embora não seja importante analisar profundamente a economia petrolífera, não deixamos de manter a preocupação em estudar os reflexos desta economia, no ambiente urbano e regional em questão.

Por meio dos resultados obtidos, começa a ser delineado o marco referencial da pesquisa, que através da situação da região estudada se possam traçar estratégias, delimitações e parâmetros de controle quanto à gestão do espaço urbano e regional. De acordo com a necessidade, podem-se criar novos índices para o melhor conhecimento espacial, evitando a saturação da malha urbana. Aliados a ferramentas disponíveis na legislação urbanística, a proposta defendida de monitoramento espacial se baseia na possibilidade de regular a ocupação do solo. Oferecer ao poder público, maior capacidade de intervir no município, promovendo uma Reforma Urbana e não somente a tarefa de fiscalizar e normalizar o uso e ocupação do solo. Incluir no mercado de terras, a função social e não apenas ter como meta a mais-valia, representada pelo lucro, que gera o capital especulativo deste setor.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DOS REFLEXOS

3.1 PEQUENAS CIDADES, GRANDES NEGÓCIOS:

Temos a necessidade de abordar o assunto relacionado ao tempo de duração do processo de exploração do petróleo na região estudada. A maioria dos especialistas faz uma projeção entre 20 a 40 anos. Assim, devemos levantar algumas questões quanto ao futuro das cidades espírito-santenses. A primeira preocupação é referente à infra-estrutura atual das cidades frente à economia petrolífera emergente. Seguindo, questionamos se o tamanho atual das cidades da região suporta o afluxo populacional proveniente da nova demanda de mão-de-obra.

> *O primeiro efeito da expansão da indústria petrolífera na Bacia de Campos reside numa redistribuição da população do interior rural para as áreas urbanas dos municípios costeiros inseridos no novo ciclo produtivo. Os fluxos migratórios oriundos do norte e do noroeste fluminense, da Zona da Mata mineira e de alguns municípios do sul do Espírito Santo, provocaram um deslocamento do centro de gravidade demográfico em direção ao litoral, em particular para a sub-região de Macaé.* (Piquet. 2003:276).

Caso seja necessário adequar a malha urbana, qual seria o crescimento ideal para um novo tipo de uso do solo? Melhor optar pelo espalhamento da morfologia, ou procurar o adensamento, adequando a novos tipos de ocupação? Talvez, disponibilizar cidades novas próximas da região litorânea, onde há grande disponibilidade de áreas... Ou ir além dos subúrbios, aplicando o modelo dos *exúrbios* (foto 5), mais afastados dos centros urbanos.

Certamente não devemos deixar que uma nova morfologia surja, originando retalhos desagradáveis no tecido urbano.

De qualquer forma, lembremos Gibberd:

> *This is now generally accepted in Britain and we may, perhaps over optimistically, envisage a pattern of future growth in which the size of towns is determined by their function within the regional economy. Town expansion will, generally speaking, take place in the form of planned neighborhoods and planned industrial estates which will be created either by better use of the land (an increase in density is possible in all but the centres of the giant metropolis) or by an extension of the town's boundary. When the optimum size of existing towns is reached, further growth will be by new towns, sited well outside the orbit of existing centres of population, and of sufficient size to provide all the facilities for a full urban life.* (Gibberd. 1953:21, 22).

Os objetivos acima citados ainda são atuais, haja vista que na Inglaterra a procura por ambientes com qualidade e ecologicamente corretos é uma prioridade. Comunidades como Gloucester Green, em Oxford e Millennium Village, na Península de Greenwich, adotaram a combinação de usos diversos com baixa densidade populacional. Esta prática viabilizou a implantação de um desenvolvimento mais humano, com projetos de acessibilidade de pedestres e deslocamentos alternativos como ciclovias, ligando residências às áreas comerciais. Também, nestas pequenas comunidades, aumentam as possibilidades de se encontrar caminhos consensuais para soluções do uso adequado de recursos naturais não-renováveis; o destino de esgoto e o reuso da água e a escolha por uso de tecnologias limpas, que contribuem na diminuição de emissão de gases tóxicos.[22]

(22) Urban Design Compendium - Space for Growth. Londres: Llewelym-Davies. English Partnerships/The House Corporation, 2000, p. 18 s.

Não se trata da adoção de um modelo padronizado de tamanho de cidades, já defendido por Aristóteles[23] e ratificado por Vitrúvio[24]. A menção se refere ao fato de acompanharmos a evolução e o desenvolvimento dos espaços urbanos, utilizando os recursos conhecidos como *índices de qualidade de vida*, aliados aos mecanismos disponíveis na legislação urbanística. A intenção é monitorar o adensamento das cidades da região estudada, cruzando os dados obtidos com a aferição periódica, comparando com a disponibilidade de infra-estrutura local, e propondo a orientação na ocupação do solo e de novos assentamentos em locais adequados. Este procedimento visa a ordenação espacial e está em conformidade ao que está prescrito na legislação urbanística vigente.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade houve grande expectativa na contribuição do discernimento quanto ao processo de urbanização no Brasil, principalmente para os municípios que não possuíam um Plano Diretor. Porém, se levarmos em consideração que dos 5.561 municípios brasileiros, somente 25% (1.389), conta com mais de 20.000 habitantes[25], numericamente não teremos grandes mudanças. Observando que este número de habitantes é uma das premissas de obrigatoriedade para um município providenciar o seu Plano Diretor Urbano.[26]

---

(23) Platão (428-347 a.C.) defendia a construção de muralhas na cidade para dar segurança ao povo. Aristóteles (384-322 a.C.) já entendia que a inexistência dos muros reafirmava o brio e a importância dos soldados. Também defendia a idéia de interação do homem com a natureza e a jurisdição da cidade deveria se estender além da área habitável, algo parecido com o modelo do atual município. Para evitar a superpopulação, estimava uma população máxima de 10.000 habitantes e ao atingir esse número, escolheriam outro local para o assentamento do excedente.

(24) Em seu Tratado "Vitruvii De Architectura Libri Decem" (27-23 a.C.), composto de dez livros, o arquiteto romano Marcus Vitruvius Pollio (90-20 a.C.) expõe no Livro I, as preocupações de salubridade e higiene na implantação da cidade e a sua indispensável muralha delimitativa.

(25) IBGE. Censo 2000.

(26) Aliam-se ainda, os princípios de obrigação, os municípios integrantes de regiões metropolitanas; os situados em áreas de interesse turístico; ou ainda pertencentes a áreas de influência de empreendimentos com geração de impacto regional, mesmo contando com a população inferior a 20.000 habitantes.

Com efeito, nenhum assentamento urbano deveria esperar atingir o número de habitantes indicado para começar a organizar o seu território; seja na sua estrutura política-administrativa; nos seus investimentos programados de infra-estrutura; estratégias para as áreas de saúde, educação, habitação, transporte, etc... Conhecendo municípios com 15.000 habitantes, percebemos que estes têm a mesma demanda de outros com 20.000 habitantes e pelo fato de estarem desobrigados pela lei, acabam perdendo a oportunidade de planejar o desenvolvimento adequado e prever o acolhimento de novas empresas. Principalmente, se levarmos em consideração, a facilidade que os municípios menores possuem em mitigar os impactos danosos ao ambiente urbano, pois, quanto mais cedo se busca o procedimento que leva ao conforto macro-ambiental, mantendo o equilíbrio entre o ambiente natural e o ambiente construído, maior será a possibilidade de proporcionar um espaço urbano sustentado, garantindo os resultados econômicos, ambientais e sociais de modo equânime.

Outra viabilidade com resultados positivos ao se estabelecer novos investimentos através de atividades econômicas em municípios menores é a disponibilidade de terras, não tão abundantemente encontradas nas regiões metropolitanas. Esta carência também dificulta a implantação de novos assentamentos formais para atenderem a demanda de mão-de-obra e a formatação de um adequado Arranjo Produtivo Local (APL), prejudicando o cumprimento de metas de produção desejada estabelecida em Planos Pluri Anuais (PPA's). A possibilidade em pulverizar várias empresas pelo interior, ou até mesmo, maiores empreendimentos instalados estrategicamente, de forma a atender a cadeia de produção e consumo, observa os critérios de localização ideal.[27] Para isso, devem-se incluir dados como fonte de matéria-prima, acesso a

(27) A teoria weberiana de localização de indústrias adota a minimização dos custos de transporte, pelo "triângulo locacional", representando as distâncias ideais entre os pontos: fonte de matéria-prima; local de transformação e o mercado consumidor.

corredores de distribuição e exportação, operando em uma rede regional intermodal integrada a um sistema nacional. A associação dos municípios desta região favorece a criação de uma nova Rede Federativa de cooperação intermunicipal, fortalecendo a região como um todo. Este modelo dispensa a estrutura padrão de pequenas disputas fiscais, fazendo-se necessário o (re) desenho dessa rede, resguardando cada particularidade, potencial e participação política.

> *A rede urbana brasileira hoje se organiza sob a forma de dois sistemas: um de cidades polarizadoras e outro em forma de eixos. O conjunto de metrópoles ainda exerce forte papel polarizador de atividades econômicas. Mas os investimentos públicos programados para eixos de desenvolvimento contribuem para redesenhar a configuração territorial do país, na medida em que tais investimentos privilegiem espaços dinâmicos, em detrimento das áreas de baixo dinamismo econômico ou estagnadas.* (Agenda 21 Brasileira. 2002:161).

A necessidade de acompanhamento e monitoramento da ocupação territorial, com políticas públicas voltadas ao suporte do desenvolvimento econômico, traz resultados relativos à ocupação da mão-de-obra na região. O conhecimento da situação da população economicamente ativa revela importantes subsídios para a implantação de ações sócio-ambientais, visando garantir a qualidade de vida na região.

> *Setorialmente podemos também evidenciar diferenciações importantes entre os migrantes que trabalham na Petrobras e nas demais multinacionais do petróleo; ... Os trabalhadores com pouca ou sem qualificação constituem, de longe, os maiores efetivos de migrantes. Mas, como ocorre quase sempre no caso dos investimentos industriais ou infraestruturais de grande porte, existe um descompasso entre a demanda por emprego não-qualificado e a capacidade do mercado de trabalho local de absorver a totalidade desta demanda (Piquet. 1990). Além disso, uma vez concluídas as obras, grande parte da mão-de-obra empregada na construção das instalações industriais, das infra-estruturas logísticas, dos shopping centers, dos equipamentos de uso coletivo ou dos condomínios residenciais, tende a engrossar as estatísticas do desemprego e emprego informal.* (Piquet. 2003:265).

Cf. CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966, onde o autor descreve a sua "Teoria das Localidades Centrais".

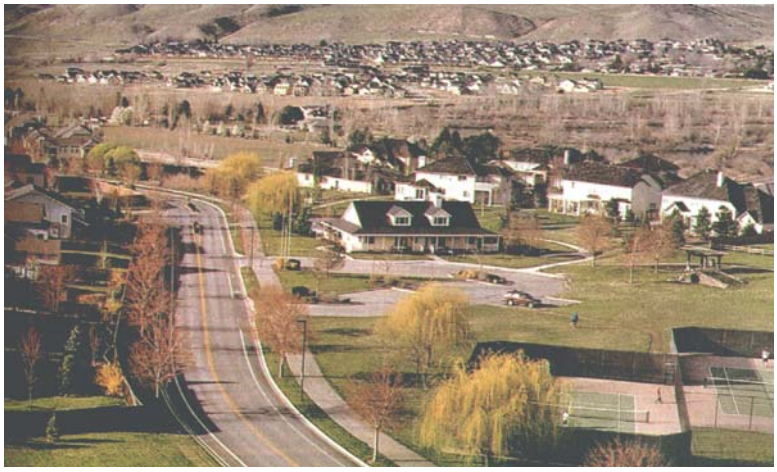


FOTO 5: Exúrbio norte-americano

Dados recentes divulgados pelo IPEA atestam que nas cidades com menos de 50 mil habitantes, responsáveis por concentrar 36% da população brasileira, conseguiram um aumento médio de 15,9% no IDH-M, na década de 90. Se compararmos a performance dos municípios que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes, os quais conseguiram atingir uma melhoria de 6,7% no IDH-M; e nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, onde o aumento do mesmo índice foi de 6,1% na mesma década, percebemos melhores resultados em pequenas cidades.[28] Adiante abordaremos alguns aspectos relacionados à variação demográfica, em função de processos migratórios e deslocamentos em cidades.

3.2 DEMOGRAFIA E TERRITÓRIO:

Para discutir o modelo de assentamento humano ideal para a região, apresentamos os dados referentes à relação entre a população dos municípios envolvidos e o espaço territorial dos

(28) Cf. Monié, Frederic. "Petróleo, Industrialização e Organização do Espaço Regional". In Piquet, Rosélia (org). *Petróleo, Royalties e Região*. RJ: Garamond, 2003, p. 265.

mesmos. Assim, pode-se prever antecipadamente, não só o melhor modelo de cidade, mas ter informações sobre a densidade demográfica atual.

GRÁFICO 3: Demografia

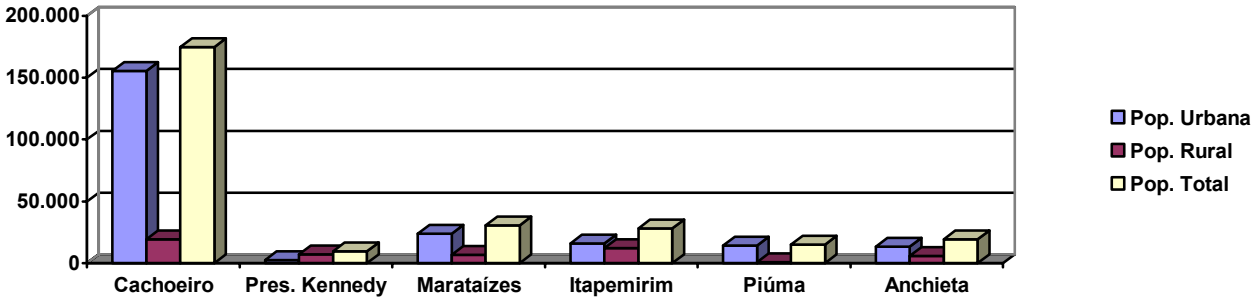
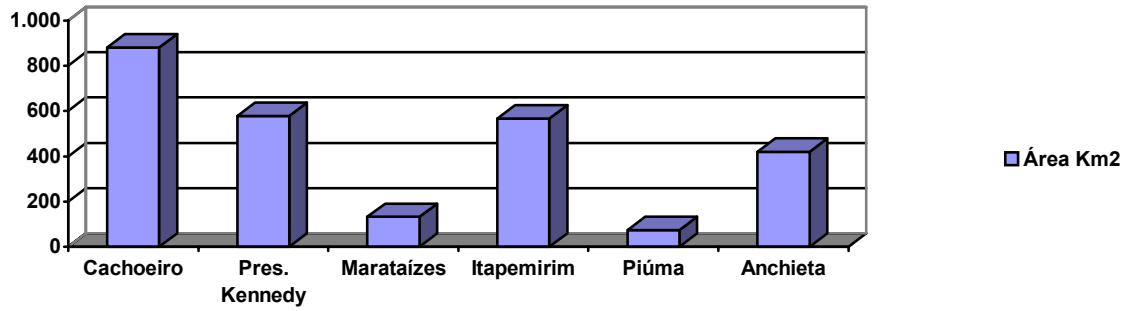


GRÁFICO 4: Território



Diante dos gráficos, podemos perceber a relação existente entre a disponibilidade de território na região e a população existente. Assim, cruzando essas informações notamos que Cachoeiro de Itapemirim, embora tenha uma maior porção de terras, tem em contrapartida uma

considerável população superior aos demais municípios vizinhos e em diversos bairros, uma densidade elevada (ver mapa 3 e fotos 1 e 2). Considerando a previsão de população para 2004 de 191.033 habitantes, Cachoeiro passa a ter uma densidade demográfica de 214,16 hab./Km^2. Num primeiro momento Cachoeiro oferece as melhores condições para receber novos assentamentos de diversos usos, sejam eles residenciais, comerciais, ou industriais, devido à infra-estrutura pré-existente. Dependendo da demanda de ocupação da malha urbana, alternativas mais adequadas devem ser buscadas nos demais municípios desta região, desconcentrando a ocupação com oportunidades de oferta de terras urbanizadas e contribuindo para impedir a especulação imobiliária. Os principais municípios que devem estar preparados para essa estratégia de distribuição populacional, são Presidente Kennedy (16,41 hab. /Km^2) e Anchieta (52,72 hab. /Km^2), por terem melhor configuração na relação Território x Demografia, favorecendo boas condições físicas para a implantação de novos assentamentos humanos, industriais, ou de serviços. Pela foto de satélite da região sul do Estado (item 2.2), a conformação espacial do território demonstra melhor a disponibilidade de ocupação do solo nos dois municípios citados, pelas boas condições de relevo.

3.3 DEMOGRAFIA E MERCADO:

Para a hipótese de esvaziamento urbano, nos baseamos primeiro em fatos históricos ocorridos no Brasil em momentos distintos, definidos por ciclos. O *ciclo da cana-de-açúcar* promoveu um desenvolvimento extraordinário em Recife, na Cidade Maurícia e em Olinda, em detrimento de localidades vizinhas, que viveram um processo de dependência centralizadora na base da Companhia das Índias Ocidentais, chefiada por Maurício de Nassau. O *ciclo do ouro*

significou a rápida ascensão de Ouro Preto, Mariana e São João Del Rey e da cidade portuária de Paraty e contou com um grande processo migratório em direção a Província de Minas Gerais. O *ciclo do café* como os demais períodos, proporcionou a concentração de riquezas em algumas cidades próximas ao eixo "lavoura-porto", deixando outras comunidades vizinhas, dependentes da economia gerada. Em todos esses períodos, com o início do declínio das respectivas atividades econômicas, foi observada uma estagnação econômica, com o conseqüente esvaziamento populacional. Como a maioria da população se concentrava na área rural nos momentos citados, houve um processo de deslocamento através do êxodo rural. Como atualmente, o Brasil conta com uma população urbana superior a 80%, o processo migratório se observa entre cidades. De certa forma, essas crises favoreceram o registro da história pela tipologia edilícia, que já não contava mais com a renovação espacial constante verificada no auge da sua economia.

Esse fenômeno de diminuição repentina de população ainda ocorre nos dias de hoje, quando acontece mudança brusca na economia. A quebra de uma cadeia produtiva afeta primeiramente a classe trabalhadora, desvinculando-a do mercado e excluindo-a do meio social, prosseguindo com demais estamentos, podendo também ocorrer no *ciclo do petróleo*. A saída para a crise é a busca de novos mercados que possam suprir a oferta de mão-de-obra. Ainda na sustentação de nossa hipótese de esvaziamento urbano, também nos baseamos em outro exemplo desse fenômeno de diminuição demográfica,

> *Os municípios da Bacia de Campos registraram, a partir dos anos 80, um vigoroso crescimento econômico decorrente de uma transformação do perfil produtivo, particularmente sensível na faixa litorânea, onde emergem atividades industriais e terciárias bastante dinâmicas acompanhadas de um vigor demográfico que contrasta com a tendência do ultimo meio século – que foi caracterizado por um esvaziamento demográfico provocado pela decadência das atividades econômicas tradicionais, como*

> *a produção de sal e cana-de-açúcar a Bacia de Campos, em particular as sub-regiões de Macaé e Cabo Frio, reproduzem, assim, o exemplo do espaço dinâmico que oferece, a priori, oportunidades de trabalho e perspectivas de ascensão social para populações de baixa renda e polarizam, em conseqüência, intensos fluxos migratórios*. (Piquet. 2003:263).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, baseado em dados obtidos no Censo Demográfico de 2000, anunciou em 29 de dezembro de 2004 que 27,2% dos municípios brasileiros sofreram algum tipo de retração em sua população. A maior taxa de diminuição está registrada na região sudeste, tendo no Estado de Minas Gerais, o maior número dessas ocorrências. O caso, por exemplo, do município mineiro de Teófilo Otoni, situado na Zona da Mata, vizinha ao Espírito Santo, que cresceu na média de 16,1% na década de 80, impulsionado pela comercialização de pedras preciosas. Já na década de 90, quando houve uma retração na economia, o município contou com um processo de involução de -0,22%,[29] na sua população, sendo apontado pelo IBGE, como um dos municípios brasileiros de médio porte que mais perdeu habitante. [30]

A origem dos problemas enfrentados de diminuição demográfica por estes municípios pode ser percebida em duas vertentes. A primeira se deve à febre das *emancipações* que resultou uma quantidade enorme de municípios sem condições econômicas de se sustentarem, levando a uma excessiva dependência política para a captação de recursos nas esferas estadual e federal. Só de 1984 a 1997 foram criados 1405 novos municípios no Brasil. Observando o mapa geopolítico do Espírito Santo, notamos um maior fracionamento na região sul, onde as disputas políticas proporcionaram a criação de vários municípios na intenção de criar um modelo de dependência a

(29) IBGE – Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, RJ: IBGE, 2004, p. 99.
(30) *Id. ibid*., p. 15.

um pólo maior, geralmente ligado a uma corrente ideológica com base neste local. Neste caso em questão, temos em Cachoeiro de Itapemirim a concentração das decisões de ações. Porém, esse pólo favoreceu a criação de iniciativas que beneficiaram a região, como o consórcio de preservação da bacia do vale do Itapemirim, o consórcio de preservação do vale do Caparaó e outras em andamento como consórcios regionais de saúde, buscando a descentralização de atendimento à população.

É necessário demonstrar a diferença entre a defesa nas vantagens do processo de gestão de desenvolvimento em uma pequena cidade, e o incentivo ao fracionamento territorial, através das emancipações. Se da primeira idéia é possível observar comunidades centenárias que conseguem manter uma incontestável qualidade de vida; na segunda, quase sempre se constata o contrário, confirmando-se com os indicadores sociais.[31] Os resultados verificados nos novos municípios atestam a dificuldade de sua manutenção por recursos próprios[32] dependendo de ajuda em esferas governamentais superiores, sobretudo, do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Aqueles que tiveram um aumento significativo no IDH-M, deve-se muito ao quesito *educação*, pelo maciço investimento do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério), criado através da Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/96, sendo implantado em 1998, época da melhoria generalizada do ensino no Brasil.

> *... a divisão especial e as características populacionais dos novos municípios, 85,86% têm população menores que 20 mil habitantes, sendo que 59,01% contam com populações de menos de 5 mil habitantes que não contariam com escala suficiente para o bom funcionamento dos seus mercados, quer para a organização da produção, quer*

(31) Os municípios de Anchieta-ES, Piúma-ES e São Paulo-SP, foram fundados pelo padre José de Anchieta na mesma época, com o mesmo objetivo e tiveram diferentes modelos de desenvolvimento.

(32) De acordo com dados do IPEA, em municípios com até 5 mil habitantes, a receita própria disponível gerada por impostos como ISSQN e IPTU varia em média em 9%.

> *do consumo. O fato se torna mais grave se considerarmos apenas a população urbana desses municípios.* (Ribeiro. 1998, apud Favero. 2004:108).

Na segunda vertente do esvaziamento urbano, notamos que a *convergência de atividade econômica* em um núcleo regional provocou a atração de várias atividades produtivas, sobretudo, mão-de-obra trabalhadora. Este processo ocasionou a concentração populacional em Cachoeiro de Itapemirim, o que por muito tempo motivou a dependência total da região, gerando no primeiro momento, as cidades dormitórios. Na sua maioria, são ex-distritos, que depois de emancipados, não ofereciam um mercado gerador de emprego e renda e não conseguiam dar sustentabilidade às atividades econômicas locais. Por conseqüência, não houve investimento de infra-estrutura necessária nestes municípios, como forma de garantir um verdadeiro ambiente de moradia e não simplesmente espaço de dormir.[33]

3.4. ECONOMIA URBANA:

Apesar da metodologia que adotamos estar embasada na investigação dos reflexos da economia petrolífera na cidade, não ousaremos apresentar análises econômicas a respeito da formação da cadeia produtiva do petróleo na região. Porém, sabemos que a economia faz a história. Ela é responsável por montar um espaço e estruturar um período no tempo, que depois ficará conhecido como "estilo". Nesse sentido vamos ater a nossa apreciação na economia política da urbanização, importante interface do urbanismo que representa a parte responsável por examinar criticamente o desenvolvimento espacial relacionado à *produção – distribuição –*

(33) FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânea (orgs.). "Da Formalidade Perdida à Legalidade por ser Conquistada". *In: A Lei e a Ilegalidade na Produção do Espaço Urbano.* B.H.: Del Rey, 2003, p. 421-423.

consumo. A cidade é, então, um mercado, sendo que algumas sobressaem como produtoras; outras prevalecem o local de trocas; e outras como consumidoras.

Embora algumas teorias nessa linha tenham surgido em decorrência da cidade industrial; delas podemos nos servir de elementos norteadores no processo de desenvolução equilibrada das cidades atuais. Se adaptarmos os objetivos dessas teorias para encontrarmos o uso racional de energia; a contenção de gastos desnecessários na distribuição de alimentos; ou a proteção ambiental, concluímos que a localização ideal de uma indústria pode ter resultados mais relevantes que o lucro máximo.

O valor da terra também é um importante fator de alteração, na garantia do direito à cidade. Primeiro temos que confrontar a diferença existente entre *preço* e *valor*. Se no primeiro item, o produto depende de um processo de transformação, onde o custo é adicionado a uma mais-valia, dando origem ao preço; no segundo item, o valor é formado numa relação de dependência de vários fatores como a ocasião, a quantidade e o local. A ocasião favorável em que um determinado produto é oferecido ao mercado, pode alterar as deseconomias existentes, como o estoque regulador de alimentos utilizado pelos governos. Assim também, a quantidade de um produto pode solucionar transtornos que impedem a sua aquisição, amenizando o desequilíbrio entre a oferta e a demanda. O local diferenciado oportuniza visualizar valores diversos de um mesmo produto. Uma garrafa de água mineral dentro do supermercado vale o que está estipulado em sua etiqueta; mas a mesma mercadoria em pleno deserto tem o seu valor agravado pela raridade do produto.

A variação de valor existente no mercado de terras é percebida de modo mais intenso, quando os fatores especulativos são inflamados por influências do próprio meio urbano. O simples anúncio de construção de um empreendimento comercial em área adensada aumenta a procura por imóveis nesta mesma região. A própria infra-estrutura passa a ser objeto de valorização de certas áreas; e o surgimento de aglomerações informais no entorno destes investimentos, fazem uso dos benefícios, agregando valor aos seus bens e minorando o valor venal dos imóveis legais. Assim, o processo de urbanização passa a ter uma lógica capitalista, onde o solo e a habitação se tornam mercadorias dentro do processo de transformação da malha.[34] Neste caso, a legislação urbanística se fixa como uma saída, através de um fator de regulação de mercado, contendo o potencial lesivo de uso e ocupação, corrigindo distorções de ocupação na malha urbana.

Os reflexos no mercado imobiliário da Região Metropolitana, já podem ser comprovados com o 6º Censo Imobiliário, realizado em novembro de 2004, pelo SINDICON-ES - Sindicato da Construção Civil no Espirito Santo e pela ADEMI-ES – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo. Em 2004, o setor comemorou o ano com o crescimento de 16%, e a previsão para o primeiro semestre de 2005, é de um crescimento em torno de 20%. Diferente do período vivido entre 2000 e 2003, quando ocorreu uma retração de 11% na construção civil na Grande Vitória. O aquecimento deste setor tem atraído novos investidores, que usualmente lidavam com o mercado financeiro e a esperada valorização já pode ser comprovada. O setor espera uma adição média de 20% no preço final dos imóveis, só no primeiro semestre de 2005. Os dados referentes ao Arranjo Produtivo da Construção Civil estão,

(34) DONNE, Marcella Delle. "Perspectiva Econômica". *In: Teoria Sobre a Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1979, p.109 s.

inicialmente focados na Região Metropolitana, porque atualmente as atividades ligadas ao petróleo, incluindo a Petrobras estão concentradas em Vitória. Com a descentralização democrática dos investimentos, espera-se ter melhores condições de medir os níveis de desenvolvimento das cidades litorâneas envolvidas com o petróleo.

O aumento nos financiamentos de imóveis no país tem sido contínuo, com a estimativa de acréscimo para 2005 em relação ao ano passado de 30% na destinação de recursos pelos bancos ao crédito imobiliário, de acordo com a ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Só em março deste ano, pode ser constatado um aumento de 80,53% no crédito imobiliário em relação ao mesmo mês do ano passado.

3.4.1. VARIÁVEIS DE DEPENDÊNCIA:

Quanto a essa dependência econômica observada no desenvolvimento dos municípios, podemos exemplificar variáveis em três instâncias: a primeira, de caráter *urbano*, pode refletir na relação entre oferta e demanda de terras, de forma drástica. Assim, como a intensa procura por imóveis no inicio da formação de novos negócios proporciona a especulação imobiliária; o inverso, com a oferta demasiada de imóveis, também leva a sérios prejuízos e a um processo recessivo. Bom lembrar que a construção civil é responsável pelo maior percentual de trabalhadores na economia nacional, representando 17% do PIB nacional, de acordo com o SEBRAE. Embora a mão-de-obra esteja espalhada indiretamente no comércio, nas indústrias de extração mineral e nas indústrias de transformação. Podemos testificar essa informação no item

2.2 Perfil dos Municípios, no quadro relativo à *Estrutura de Emprego por atividade econômica* em Cachoeiro de Itapemirim.

Em relação à vizinha região norte-fluminense, no auge da produção de álcool derivado da crise do petróleo de 1973 contava com o equilíbrio sazonal de disponibilidade de mão-de-obra, ocupando-se, ora com a construção civil, ora com a cultura canavieira, de acordo com a safra agrícola. Com a crise do setor na região norte fluminense, os reflexos se agravam:

> *A região passa a ser vista como "região-problema", uma vez que sua economia comportava problemas que iam desde a estagnação e a queda dos índices de produtividade de seu principal produto até, e sobretudo, o alto grau de desemprego sazonal, determinando um processo de pauperização, de desenraizamento e de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região.* (Piquet. 2003:223).

No caso em questão, a região objeto de estudo, não possui atualmente, uma atividade que possa equilibrar qualquer recessão do mercado em relação a uma atividade econômica tão consistente como a do petróleo, ao mesmo tempo. Como relataremos adiante, no Capítulo IV, em referência às *Políticas Públicas de Ordem Econômica*, abordaremos melhor a necessidade de fortalecimento da economia da região.

A segunda variável, a *intraurbana*, é inerente às relações de influência entre as funções rurais e urbanas. Com a atração crescente de atividades econômicas no meio urbano, pode ocorrer um processo de "mito da modernidade tardio". Este fenômeno foi estudado durante algum tempo por cientistas sociais, sobretudo norte-americanos que buscavam justificar a relação entre desenvolvimento/subdesenvolvimento de várias sociedades, através de um mito. A questão diferencial era o parâmetro da modernidade, apresentada em dois níveis. A *sociedade*, representada pelo padrão de urbanização, educação, industrialização, mecanização, etc... O

indivíduo, representado por suas atitudes, valores, modo de sentir e agir, etc...[35]. Em nosso caso, temos a expectativa de alteração do ambiente, com a possibilidade de impactos que venham forçar o uso da terra. O que já ocorre na região norte-fluminense e no norte do Espírito Santo, onde a prospecção petrolífera ocorre em terra. A qualquer momento uma propriedade rural pode transformar o seu uso, com características industriais.

A relação entre as atividades urbanas e rurais deve estar englobada dentro do mesmo contexto de planejamento regional. Não interferindo na visão *antropocêntrica*, respeitando as necessidades de interação entre os atores sociais; assim como na visão *ecocêntrica*, considerando a necessidade de conservação da biodiversidade local. Para isso, se faz necessário conceber *Zonas de Amortecimento* em todas cidades, de maneira a formar a integração entre as comunidades e as áreas de proteção ambiental, desenvolvendo projetos educacionais e projetos ambientais de uso racional, considerados ecologicamente viáveis.

(35) OLIVEN, Ruben George. "A Ideologia da Modernização". *In*: *Urbanização e Mudança Social no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980, p.31.

Foto: Marco Antônio Teixeira

FOTO 6: Impacto Territorial

Fazendo a ligação da relação entre o ambiente da cidade e do campo com o processo do êxodo rural no Brasil, que foi dividido em fases distintas, entendemos melhor o processo de urbanização no país. A primeira fase, pós-abolição da escravatura, coincide com a República Velha (1889-1930), período alicerçado em políticos oriundos da zona rural. Uma segunda fase inicia-se com o fim das oligarquias predominantes e a posterior implantação do Estado Novo em 1937, culminando com o incentivo industrialista após a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional em 1943. Neste período, nota-se um grande fator de atração urbana, devido a um declínio considerável da taxa de mortalidade originada, sobretudo, pela redução de doenças infecciosas e parasitárias; pelo uso de antibióticos; por avanços na área assistencial de saúde e pela melhoria dos serviços de saneamento básico nos grandes centros.[36]

(36) IBGE - Tendências Demográficas: *op. cit.*, p.14.

Outra fase, no governo de Juscelino Kubitschek, caracterizada pela produção de bens de consumo duráveis, nota-se a influência do governo, o incentivo modernista citadino com a inauguração de Brasília. Porém, o ápice da propaganda do Estado, influenciando um novo modo de vida urbano, acontece nos anos 70. A migração em massa do campo para a cidade sofreu a forte influência governista[37], a fim de passarmos de um país com características agrárias para um país no qual predominasse as atividades secundárias e terciárias[38], desfigurando rapidamente a estrutura das relações campo/cidade. Considerando ainda que a situação se agravou com o aumento populacional da segunda metade do século XX, passando de 52 milhões de habitantes para 180 milhões, levando a concentração para mais de 80% da população nas áreas urbanas.

Um dos fatores negativos que podemos esperar com a mudança de uso agro-pastoril da terra, para as atividades urbanas, é a falta de produção de alimentos na região e a necessidade premente de contar com o abastecimento agrícola de fontes distantes, ocasionando o aumento do custo de vida, inflacionando os preços dos produtos comercializados. Muito embora, o nosso objetivo não seja fazer uma análise *malthusiana* do processo de evolução da ocupação territorial; vale lembrar a gravidade na possibilidade do aumento populacional em função da concentração de capital, em desconformidade à oferta de alimentos. De acordo com a ONU – Organização das Nações Unidas, atualmente, cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, das quais o Brasil representa 5%, vivem em condição de miséria e fome; enquanto 356 pessoas mais ricas do mundo, concentram o equivalente a 40% da renda anual da humanidade. Essa disparidade na distribuição

(37) Em 26-11-75, o presidente Geisel profere um discurso na abertura do Simpósio "O Homem e a Cidade", salientando que a expansão urbana era o grande tema do Brasil moderno. Cf. "Correio do Povo". *Geisel expõe projetos urbanos do Governo e conclama Arena a obter adesão comunitária*. 27-11-75, p. 14.

(38) Estrutura de classificação da economia, proposta por Colin Clark (1905-1989).

de renda é aumentada na proporção do aumento do acúmulo de capital e mais comum nas metrópoles, que são atrativas ao mercado de trabalho.

Conquanto, não seja exatamente a fuga da população rural, o fator da queda da produção, pois, a propaganda do modelo norte-americano mecanizado incentivava o uso intensivo de máquinas com o apoio subsidiado dos bancos estatais. Mesmo assim, há estudos que comprovam que lavradores utilizavam tratores somente para passear com a família aos domingos e feriados, exibindo aos vizinhos a "modernização" de suas atividades, continuando o uso de práticas primitivas em função do alto custo de insumos e combustíveis para colocar os seus produtos no mercado[39]. O problema maior esperado é, então, a substituição progressiva de atividades agro-pecuárias pelo parcelamento urbano, ocupando a terra produtiva de maneira irreversível com loteamentos, originando um novo uso do solo. Muitas vezes, estas áreas são comercializadas ilegalmente, sem infra-estrutura básica para receber dignamente os seus habitantes. Essa população, numa crise financeira, é a primeira a sair em busca de novas alternativas de trabalho, abandonando o território "urbanizado", que antes era responsável por manter a demanda do consumo, que abastecia a região com produtos agrícolas produzidos no próprio local.

A terceira variável percebida, *interurbana*, fica caracterizada quando numa economia forte, proporciona a criação de uma rede de cidades, que dependem de suas diversas características produtivas. Quando uma dessas atividades diminui a sua produção ou o consumo, pode ocorrer um efeito em cascata de retração na relação de oferta e demanda em toda a região.

(39) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Por que uma Sociologia dos Grupos Rurais?". *In*: *Sociologia Rural*, RJ, Zahar, 1969. *Apud* OLIVEN, *op. cit.*, p.20 s.

Até mesmo o sistema rodoviário, que garante o fluxo de contingente e informações, interligando as cidades como "nós" de intercessão[40], pode ficar ocioso e levar certas comunidades a prejuízos, como o caso do município de Mucurici - ES no norte do Estado, que sofreu com o desaquecimento de sua economia devido ao novo desvio rodoviário.

> *Chamaremos de espaços luminosos, aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim, mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos.* (Santos; Silveira. 2002:264).

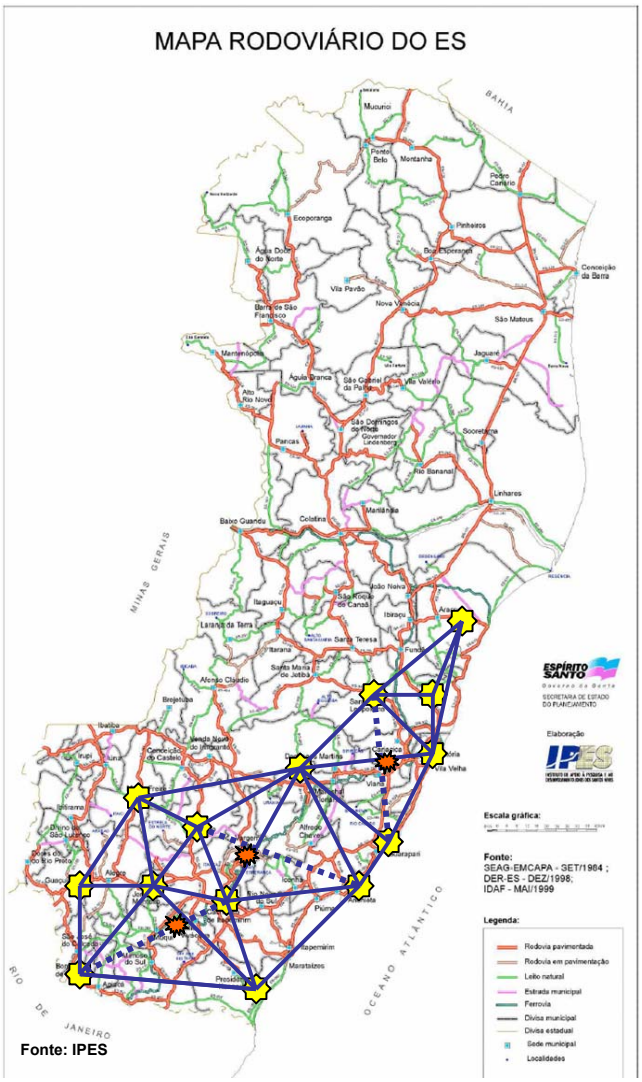
O processo de criação da Rede Regional é contínuo e flexível, pois, depende de resultados de desenvolvimento parcial de cada cidade para gerar o "nó", e formar a dependência entre elas. A formatação desta integração também não é rígida, em função do surgimento de novos fluxos, ou até mesmo, do desaparecimento destes, em função de processos que levam as deseconomias do mercado desta região.[41]

---

(40) Para Milton Santos (1926-2002), rede é um espaço geográfico onde há a relação entre o que é *fixo* (assentamentos, complexos industriais e infra-estrutura) e o que é *fluxo* (transportes, informação e movimentação de capital). Uma rede é um conjunto de pontos nodais que são atravessados por fluxos. A rede deve ser dinâmica e estar sempre se adequando aos fluxos. Portanto, rede urbana constitui um assentamento atravessado por fluxos que servem de fio condutor de vários movimentos.

(41) MELA, Alfredo. "O Nível "Macro": redes sociais e sociedades locais". *In: A Sociologia das Cidades*, Lisboa: editorial Estampa, 1999, pp. 226-236.

MAPA 4: Rede - Fluxos e Fixos



nó de intercessão

novo ponto surgido em função da atividade econômica

fluxo rodoviário e informacional

Para se formar na região um complexo sustentável, garantindo a inclusão social no processo de desenvolvimento, deve-se pensar na preparação do ambiente urbano para suportar a

dinâmica cíclica da economia. Nem tanto uma resiliência[42] total, voltando às origens de ocupação espacial, mas criar condições de agregar outras atividades que mantenham vivas as comunidades atingidas pelo efeito do progresso, sem que aconteça a exclusão territorial. Como já temos precedentes para confrontarmos os dados concretos e as nossas hipóteses, podemos testá-las de forma a dar condições de propor novas medidas que evitem os erros já cometidos anteriormente.

3.5. PRECEDENTES:

Alguns exemplos de municípios brasileiros ligados a atividades petrolíferas, atestam que a relação entre os investimentos em infra-estrutura provenientes dos royalties, não é a garantia de melhoria da qualidade de vida. Muitos destes municípios necessitam de mais investimentos governamentais em função da concentração de atividades burocráticas de empresas ligadas ao setor de petróleo e gás[43]. Outros são testemunhas de um aumento populacional considerável, e mesmo com um constante aumento nos valores dos royalties, constata-se uma diminuição considerável da inclusão social.

> *Sabe-se que, de uma perspectiva teórica, a chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero "enclave"na região em que se localiza. A exploração do petróleo pode ser tão pouco benéfica para uma economia quanto qualquer outra produção extrativista, como borracha, minérios ou diamantes. Venezuela, Angola, Líbia e Iraque, por exemplo, são países que, apesar das riquíssimas reservas naturais, não conseguiram canalizar o dinheiro do petróleo para a criação de riqueza em outros setores da economia.* (Piquet. 2003:224).

(42) LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*, SP, edições 70, pp. 164-177. Cf. ACSELRAD, Henri (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, R.J.: DP&A, 2001, p. 41.
(43) RIBEIRO. *Loc. cit*.

Dessa forma destacamos três municípios em diferentes Estados, em distintos modos de produção da economia petrolífera, e em variadas morfologias urbanas, como forma de averiguar se estas características citadas interferem no desempenho e no desenvolvimento das cidades. Apresentamos abaixo, alguns dados referentes ao desempenho sócio-econômico destes três municípios, entre o período do ano de 1991 a 2000, baseados em informações censitárias do IBGE. As informações apresentadas são integrantes do *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, que teve como autores, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e a Fundação João Pinheiro.

3.5.1. SÃO MATEUS-ES:

Temos como exemplo no próprio Estado, a sistematização da atividade exploratória do petróleo, ao norte, no município de São Mateus[44]. A renda proveniente da circulação de capital gerada pela economia petrolífera, que poderia ser o fator propulsor de melhoria de qualidade de vida, teve o pior desempenho no cálculo do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) na década de 90. Devemos considerar que nesta cidade está localizada uma base da Petrobras, que tem gerado muitos empregos especializados.

(44) Dos 78 municípios do Espírito Santo, São Mateus ocupa o 36º lugar no Índice de Desenvolvimento dos Municípios (Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES).

Perfil Municipal – São Mateus

	1991	2000	%
IDH-M	0,642	0,730	+ 13,71%
Educação	0,727	0,843	+ 15,95%
Longevidade	0,563	0,666	+ 18,29%
Renda	0,635	0,680	+ 0,70%
Demografia	74.846	90.460	+ 20,86%
Índice de Gini	0,60	0,62	- 0,33%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD / IPEA / FJP

O resultado mostra que a renda não foi investida proporcionalmente para a população, pois, o *Índice de Gini*[45] demonstra o aumento da desigualdade do poder aquisitivo. Atesta a nossa hipótese de que a concentração de riqueza pode levar à geração de pobreza e não uma garantia de melhoria de qualidade de vida. Com a atividade petrolífera, enquanto poucos municípios se enriqueceram e atraíram diversas empresas, outros se estagnaram, ou ficaram dependentes economicamente dos mais desenvolvidos. Embora o resultado final do IDH-M seja favorável, isoladamente, a renda *per capita* teve um desenvolvimento desprezível, em função da movimentação financeira decorrente do petróleo. O aumento de 0,7% no item *renda* e irrisório se comparado ao aumento de 15,95% para a *educação* e 18,29% para a *longevidade*. Considerando que os investimentos nos dois últimos itens, estão relacionados a verbas federais, o município não contribuiu a altura com a sua renda, sendo que o setor petrolífero foi o que mais produziu impostos.

(45) Índice criado pelo matemático italiano Conrado Gini mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os mais pobres e os mais ricos, variando de zero a um. Zero representa a igualdade. Geralmente o índice compara os 20% mais pobres, com os 20% mais ricos.

3.5.2. MACAÉ-RJ:

Todavia, o caso do município norte-fluminense de Macaé demonstra melhor o exemplo. Com uma população de 141.716 habitantes em 2001 e uma estimativa populacional de mais 152.000 em 2004, dos quais, 17.379 destes contam com renda mensal inferior a R$ 79,00 por mês, Macaé possui atualmente onze bolsões de pobreza. Somente na favela Nova Esperança, com 4.000 famílias, observa-se que 30% desta população consome água vindo direto do rio Macaé, depósito final do esgoto sanitário da cidade. A cidade tem um crescimento médio anual de 3,84% e 95,13% da população está concentrada na área urbana[46]. Vale ressaltar que o crescimento médio anual da cidade do Rio de Janeiro é de 0,75%. Boa parte da fração da população de baixa renda tem se deslocado para a periferia; para os manguezais; ou para cidades vizinhas como Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, provocando rápido aumento populacional. O sistema viário regional já sente a deficiência no atendimento do deslocamento da população entre essas cidades, com a constante obstrução das vias. Principalmente, ocorrendo em períodos de concentração de eventos, ou na procura pelos balneários em fins de semana, feriados e férias escolares. Se as vias de acesso já se encontram aquém das necessidades, com o aumento dos reflexos da economia petrolífera, não suportarão a demanda de tráfego na região.

Mas, este mesmo cenário mostra que desde 1984, o número de empresas que se instalou em Macaé foi de 4.126, sendo que só no ano de 2002, foram 420 e o município contou com o orçamento para 2003 de R$ 372 milhões, investindo R$ 126 milhões em obras de infra-estrutura. A título de comparação, Vitória-ES que tem o dobro da população, investiu R$ 93

(46) *Estudo Socioeconômico 1997-2001: Macaé*. Tribunal de Contas do Rio de Janeiro/ Secretaria-Geral de Planejamento.

milhões no mesmo ano. Toda essa evolução na procura por novos investimentos acaba atraindo, por conseqüência, uma grande quantidade de pessoas que permanece um intervalo de tempo em busca de oportunidade de emprego. Essa porção está incluída na população economicamente inativa, haja vista que não participa oficialmente dos registros de cadastros e muito menos, contribui com os impostos referentes ao uso dos benefícios como cidadão.

Desde o ano de 1995, já era constatada a progressiva influência da região norte-fluminense exercida na região sul-espiritossantense. As áreas sempre foram diversas, como o comércio, atividades acadêmicas e prestação de serviços, concentradas em Campos, disputando com a capital Vitória. Essa atração tem sido progressiva, em função do aumento dos investimentos ocorridos em Macaé e Rio das Ostras, ensejando a demanda de mão-de-obra de serviços especializados disponíveis no sul do Espírito Santo. Essa vinculação de diversos setores entre as duas regiões, não é a garantia de criação de um mercado promissor. Nem deve ser encarada de modo tão positivo para a formação de uma Rede de Cidades na região estudada. A diferença político-geográfica não garante a intenção de acordos e consórcios que venham beneficiar o lado do Espírito Santo, pois, atualmente a disparidade de potencial econômico pode exercer influência em interesses políticos na criação de um novo pólo de referência interestadual, com base na região norte-fluminense.

Perfil Municipal – Macaé

	1991	2000	%
IDH-M	0,730	0,790	+ 8,22%
Educação	0,806	0,889	+ 10,29%
Longevidade	0,663	0,710	+ 7,09%
Renda	0,722	0,770	+ 6,65%
Demografia	94.034	132.461	+ 40,86%
Índice de Gini	0,57	0,56	+ 1,78%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD / IPEA / FJP

3.5.3. COARI-AM:

Situado a cerca de 370 km de distância de Manaus, o município amazonense de Coari, arrecadou R$ 37.547.252,94 no ano de 2004. O equivalente a 33% de todo montante do valor recebido em forma de royalties do Estado do Amazonas, que é o 4º Estado na produção de petróleo e gás natural. Com uma população de 67.096 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE no ano de 2000, e com uma estimativa de 80.552 habitantes da mesma fonte para o ano de 2004, a circulação de capital não tem amenizado as injustiças sociais, pelo contrário, tem acirrado o desequilíbrio social no município.

Embora os recursos provenientes dos royalties tenham que ser aplicados em infra-estrutura e não em provimentos e salários, a geração de emprego e renda provenientes de obras, deveria ter um reflexo mais significativo no ambiente urbano. Mesmo porque a economia de mercado gerada na cadeia produtiva com as demais atividades deveria criar novos postos de trabalho. A circulação de capital não foi suficiente para conter a desigualdade sócio-econômica

registrada pelo *Índice de Gini*, que passou de 0,54 para 0,58; deixando uma renda *per capita* de R$ 81,20 em 2000. O próprio IDH-M de 0,627, leva o município a 4.176ª posição dentre os 5.561 municípios brasileiros.

Perfil Municipal – Coari

	1991	**2000**	**%**
IDH-M	0,542	0,627	+ 15,68%
Educação	0,543	0,672	+ 23,76%
Longevidade	0,590	0,703	+ 19,15%
Renda	0,494	0,507	+ 2,63%
Demografia	38.678	67.096	+ 73,47%
Índice de Gini	0,54	0,58	- 7,40%

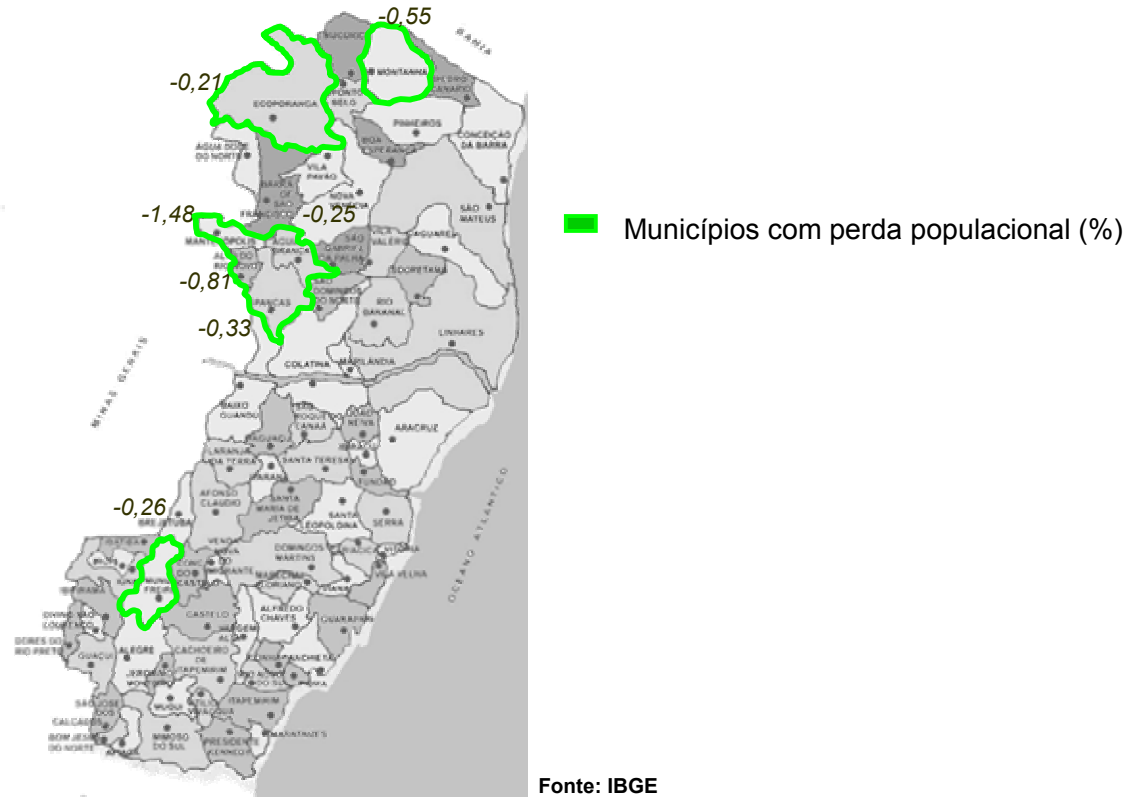
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD / IPEA / FJP

3.6. COMPROVAÇÕES:

Os mapas seguintes demonstram alguns resultados recentes anunciados por diversas instituições, acerca da analogia entre a atual situação social, e a economia no Espírito Santo. Embora o nosso objeto de trabalho seja a região sul, precisamos abordar o universo maior, o Estado, para chegarmos na especificidade do nosso estudo, que é o reflexo encontrado na relação entre a cidade e o petróleo.

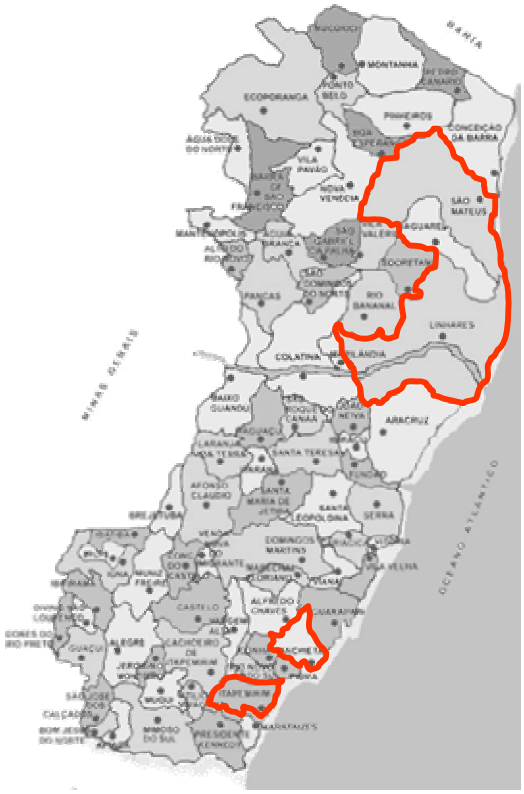
A alocação conjunta dos dados permite visualizar a evolução da implantação da atividade petrolífera no Estado. Sendo assim, é preciso acompanhar continuamente o

desenvolvimento do trinômio: *economia - sociedade – território*, dentro de um contexto de monitoramento com bases científicas. Os dados levantados devem servir como instrumento de alimentação dos indicadores que formam um amplo Sistema de Informações Integradas, orientando a necessidade de investimento em infra-estrutura, densidade populacional, serviços de assistência e prever intervenções integradas entre as concessionárias, no espaço urbano.



MAPA 5: Espírito Santo – demografia: esvaziamento urbano

De acordo com dados fornecidos pelo estudo "Tendências Demográficas", com base no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, no Espírito Santo foi observado uma diminuição demográfica em sete municípios. Isto confirma a nossa hipótese de possibilidade de acontecer um *shrinkage urbano* decorrente da acumulação desequilibrada de capital e de uma falta de planejamento das cidades envolvidas com o petróleo, capaz de levar a exclusão territorial. A maioria dos municípios onde se pode observar tal fenômeno está ao norte: Montanha, com a perda de 0,55%; Ecoporanga, com a perda de 0,21%; ao oeste, Mantenópolis, com a perda de 1,48%; Águia Branca, com a perda de 0,25%; Alto Rio Novo, com a perda de 0,81%; Pancas, com a perda de 0,33%. Ao sul, no município de Muniz Freire, foi detectado a perda de 0,26% de sua população. Bom lembrar a proximidade desta localidade à região norte-fluminense.



Municípios com crescimento entre 1,5 a 3%

Fonte: IBGE

MAPA 6: Espírito Santo – demografia: crescimento urbano - a

Como resultado do mesmo estudo citado, ficou caracterizado que alguns municípios tiveram crescimento de sua população. Os acima demarcados estão na faixa de acréscimo demográfico entre 1,5 a 3%. Os municípios situados ao norte são: São Mateus, Jaguaré e Linhares. E os situados ao sul são: Anchieta e Itapemirim, municípios pertencentes à nossa região objeto de estudo.

Com a Medida Provisória nº 2.156-5 de 24/08/2001, que extinguiu a SUDENE e criou a ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste, foi incluída a região norte do Espírito Santo em sua área de atuação. A garantia de investimentos subsidiados do Banco do Nordeste do Brasil SA, o que tem atraído grandes investimentos na área moveleira, têxtil (Lei Básica) e fruticultura (Sucos Mais) e grãos. Atualmente, o município de Linhares tem recebido grande parte dessas empresas, além de ter sido contemplado com o maior volume de royalties em 2004.

Municípios com crescimento maior que 3%

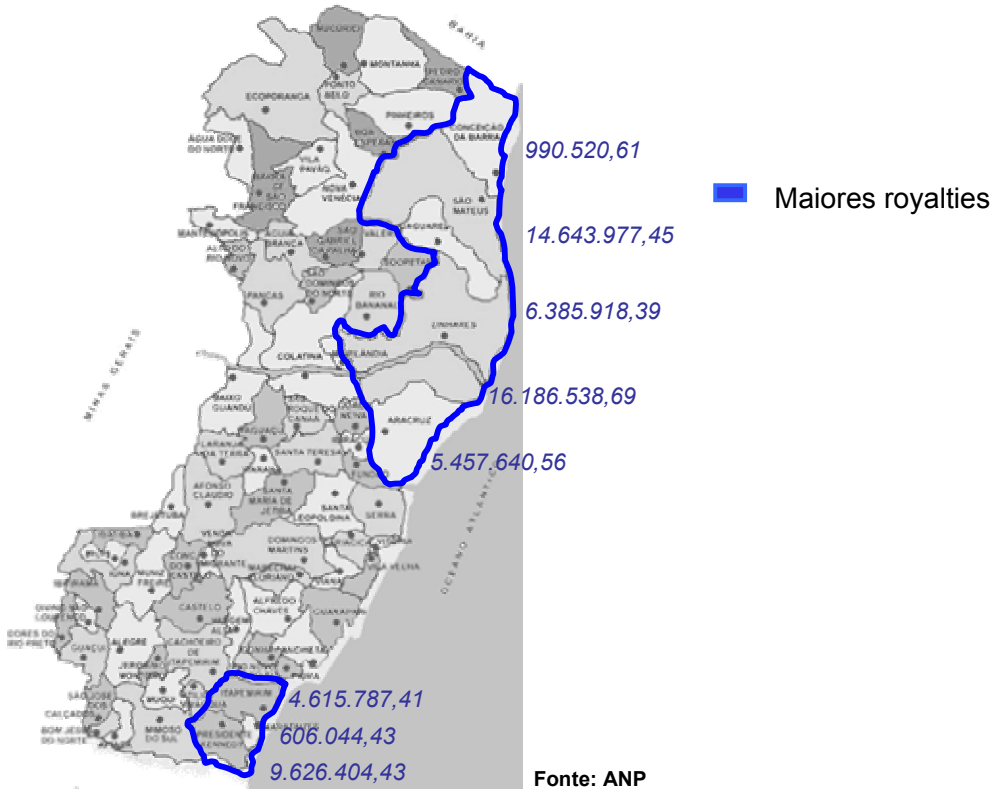
Fonte: IBGE

MAPA 7: Espírito Santo – demografia: crescimento urbano - b

Ainda com os dados referentes às Tendências Demográficas do IBGE, alguns municípios tiveram um acréscimo superior a 3% de sua população em relação ao último Censo Demográfico. Os Municípios de Vila Velha e de Guarapari pertencentes à Região Metropolitana; e Piúma e Marataízes que estão situados no sul do Estado e pertencem à região objeto de nosso estudo.

Os municípios desta região se sustentam basicamente com o turismo litorâneo e os impostos gerados por essa atividade. Como são aglomerações que foram estabelecidas desde os

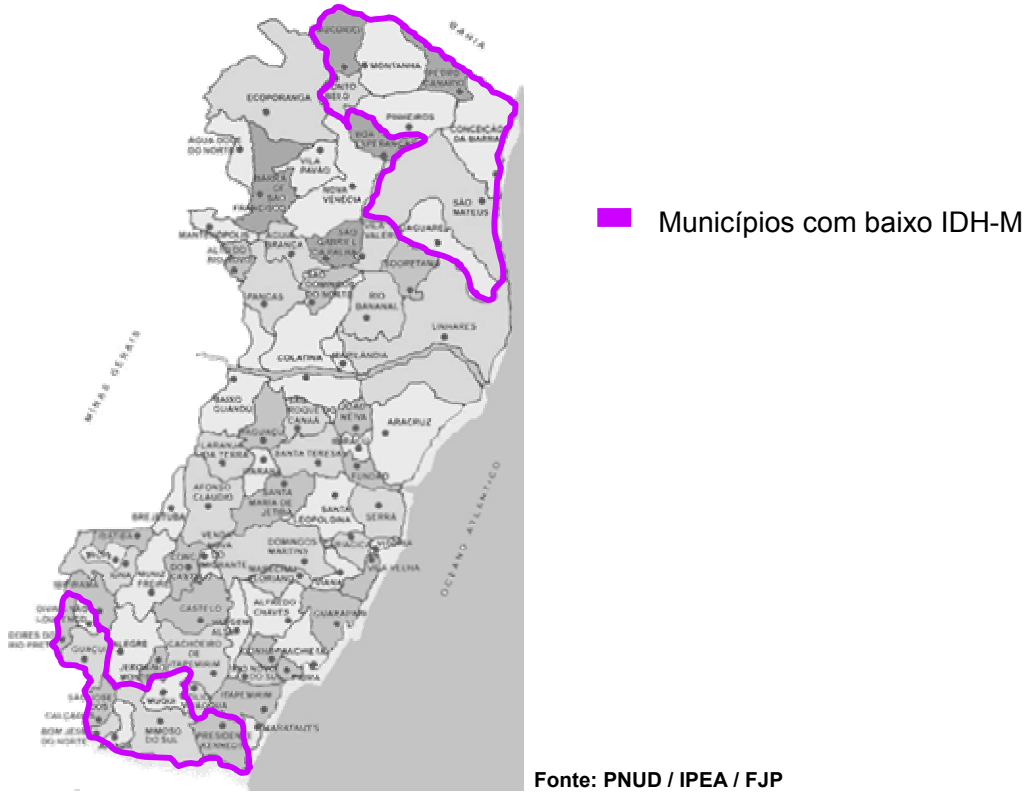
tempos da Capitania, não há indícios que a curiosidade da descoberta dos mesmos tenha sido a causa deste repentino acréscimo do número de habitantes.



MAPA 8: Espírito Santo – distribuição de royalties (milhões R$)

Com dados fornecidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, responsável pelo cálculo e divulgação dos royalties do petróleo a serem repassados aos municípios, anotamos os maiores montantes recebidos ao longo do ano de 2004. Não entraremos na questão dos critérios dos valores distribuídos e sim, onde a incidência dos maiores valores está, e defendermos a hipótese de que a grande concentração de capital pode levar a desequilíbrios sociais, econômicos

e ambientais. Os municípios estão localizados, ao nordeste: Conceição da Barra, com R$ 990.520,61; São Mateus, com R$ 14. 643.977,45; Jaguaré, com 6.385.918,39; Linhares, com R$ 16.186.538,69 e Aracruz, com R$ 5.457.640,56. Ao sul temos: Itapemirim, com R$ 4.615.787,41; Marataízes, com R$ 606.044,43 e Presidente Kennedy, com R$ 9.626.404,43.



MAPA 9: Espírito Santo – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Ao cruzarmos os dados acima citados, referentes ao Censo dos municípios, com a recente divulgação do IDH-M, constatamos que a coincidência de áreas na citação dos resultados mostra alguns efeitos da concentração de capital proveniente dos royalties. Primeiro, porque tem provocado estagnação econômica nos municípios contíguos ao litoral pela falta de investimentos.

Segundo, porque tem atraído a população destes municípios para novas oportunidades de trabalho; e terceiro, porque tem levado a uma diminuição de qualidade de vida da população desta micro-região, por não haver um projeto de desenvolvimento sustentável, que possa receber a massa de trabalhadores, oferecendo dignidade e qualidade de vida.

CAPÍTULO IV

4. ALTERNATIVAS ADEQUADAS

4.1. PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

Algumas ações balizadoras devem ser articuladas dentro do processo de política de gestão regional, como forma de garantir uma prática de mercado passível de continuar sustentando a geração de emprego e renda na região estudada. Destacamos os mecanismos de *ordem econômica* e os mecanismos de *gestão territorial*. Ambas iniciativas teriam como finalidade proporcionar alternativas adequadas de desenvolvimento para a região sul do Estado, no período posterior às atividades envolvidas com o petróleo.

A necessidade de implementação de tais políticas visa evitar a criação de "ilhas de desenvolvimento", com a adoção de estratégias de distribuição igualitária nos investimentos, sejam eles governamentais ou da iniciativa privada. As estratégias estariam em conformidade com as ações de preparação do território urbano e regional, com o propósito de prever a ocupação ordenada da região. Assim, a aplicação de determinadas operações urbanas, previstas na Lei Federal nº 10.257 / 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, pode impedir a prática da especulação imobiliária no início do processo de demanda acelerada por imóveis.

O problema comum aos dois mecanismos é a evidente observação da possibilidade de segregação social, econômica e espacial na região, em forma de uma legítima amostra do

universo brasileiro. Do ponto de vista das desigualdades econômicas, as propostas de iniciativas mitigadoras estão embasadas no fortalecimento do mercado regional com a geração de emprego e renda. Embora devam ser providenciadas algumas ações localizadas de caráter emergencial, é de vital importância a preparação de um plano de desenvolvimento regional, formando um bloco resistente às oscilações econômicas. Em relação às diferenças sociais e espaciais, decorrentes de uma distribuição desigual de renda, a oportunidade de acesso à moradia é relegada aos pontos periféricos da cidade. Cabe intentar um modelo de cidade mais justo e includente para a camada de menor poder aquisitivo.

> *O desenvolvimento da exploração do petróleo na Bacia de Campos provocou, em segundo lugar, uma transformação radical e rápida da estrutura produtiva e do mercado de trabalho. Os impactos sociais e espaciais desta mutação revelam-se particularmente desiguais, pois, observa-se, ao mesmo tempo, o enriquecimento de parte da população e o afluxo de trabalhadores pobres e sem qualificação; o surgimento de áreas de residência e de consumo de alto padrão social e a expansão de bolsões de pobreza; o aumento das desigualdades intra-regionais entre campo e cidade, mas também entre centros urbanos mais ou menos inseridos na" nova economia regional." (*Piquet. 2003:266).

No processo de implantação de políticas urbanas, é essencial a formação de um pacto social, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, afinados com técnicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável para atuarem junto ao poder público, de onde nem sempre se conseguem bons parceiros. A prática corrente de conduções inadequadas de investimentos sociais no setor público traduz o caminho traçado dentro do conceito norteador dos "aparelhos ideológicos do Estado".[47]

(47) LOJKINE, Jean. "Do Funcionalismo ao Estruturalismo. A Análise Althusseriana do Estado". *In*: *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. SP: Martins Fontes, 1991, pp. 57-83.

4.1.1. MECANISMOS DE ORDEM ECONÔMICA:

Os investimentos previstos para os próximos anos nos municípios da região sul, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da economia, devem estar integrados numa política de diretrizes econômicas. Salientamos a necessidade de estudos compartilhados por estes municípios, contemplando a criação de uma *Rede Federativa*, capaz de atuar em bloco no cenário da economia estadual, nacional e ainda visar o mercado externo.

Os diversos projetos governamentais das últimas décadas estão privilegiando a Região Metropolitana, ou o norte do Estado, principalmente após a inclusão desta parte na área de atuação da ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Nesse contexto, a criação de novas vias de desenvolvimento interligadas em rede pode originar a movimentação entre produção e consumo regional, de modo a defender a permanência de um mercado comum próprio, com maior capacidade de articulação. O fortalecimento da cadeia produtiva permite a continuidade da geração de emprego e renda, tão importante no equilíbrio do desenvolvimento.

Dois setores importantes na economia do Espírito Santo se destacam pelo potencial de adaptação em tempos de crise, e pelo histórico de crescimento acelerado no ambiente da economia estadual. Estes dois setores têm o potencial de firmar e dar base ao desenvolvimento sustentável da economia local, após o período áureo de exploração do petróleo no Estado. Tanto o *Turismo*, quanto o setor de *Rochas Ornamentais*, têm conseguido alcançar os resultados necessários para apontá-los como as atividades que teriam o potencial de agregar o grande contingente humano atraído pelo setor petrolífero na região pesquisada. Para isso, diversas estratégias devem ser estabelecidas em forma de uma agenda formatada em um plano plurianual

de metas. Quanto mais cedo se começar a preparar a economia e o território para as prováveis futuras mudanças, melhores serão os resultados relativos aos impactos sócio-econômicos.

- **Turismo**:

Segundo dados da OMT – Organização Mundial do Turismo, a atuação deste setor no cenário mundial movimenta cerca de US$ 3,4 trilhões anuais, que significa 10,4% do PIB mundial, responsabilizando-se pela geração de mais de 200 milhões de empregos diretos. No Brasil, o setor gera cerca de US$ 3,4 bilhões, relativos a 7,54% do PIB nacional. No Espírito Santo, a geração financeira anual é de US$ 1,38 bilhão, referente a 6,15% do PIB estadual, gerando mais de 500 mil empregos. Se compararmos o número de vagas deste setor, com o total de empregos no Estado, o Espírito Santo fica em 8º lugar entre os demais estados, acima da média nacional.

O governo estadual implantou o Plano de Desenvolvimento do Turismo, o qual delimitou algumas *rotas turísticas*, diferenciando o potencial gerador de turismo. As rotas são: Rota do Sol e da Moqueca – ligando a Região Metropolitana ao município de Anchieta. Rota do Mar e das Montanhas – ligando a Região Metropolitana a Região Serrana. Rota dos Verdes e das Águas – ligando a capital ao norte do Estado. Rota dos vales e do Café – demarcando a região concentradora dos casarios do século XIX na Região Sul. Entendemos que a delimitação acima visa privilegiar e concentrar investimentos na Região Metropolitana. Um novo estudo delimitador deve ser feito, com uma visão descentralizadora, ampliando as rotas por todo litoral, valorizando os atributos naturais dos relevos acidentados do sul, buscando uma conexão em todo o Estado. O

estudo deve incluir a implantação de novas práticas e aprimoramento de atividades usuais, porém, incluídas em um Plano Regional de Desenvolvimento, capaz de manter ocupação e uso equável nos estabelecimentos comerciais, ao longo do ano.

Outras ações devem ser incluídas como projetos ligados à segurança pública, compartilhados com o comércio e a população. Investimentos na área de saúde voltados ao turista, garantindo atendimento médico-hospitalar. E, sobretudo investir na malha rodoviária.

. *Agro-Turismo* – criar novos pólos de atendimento e potencializar o treinamento, observando a disponibilidade das fazendas de imigrantes europeus, sobretudo italianos. Contar com a assistência técnica da INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, na elaboração de programas de fabricação de produtos comercializáveis baseados na agricultura sustentável e o aumento da cobertura da Mata Atlântica (Projeto Morro Vivo)[48].

FOTO 7: plantação de cogumelos – Venda Nova do Imigrante

(48) Projeto de Recomposição Florestal efetivado em Cachoeiro de Itapemirim, com duas unidades demonstrativas.

. *Eco-turismo* – mapear todo ambiente natural com potencial exploração turística, incluindo as antigas fazendas do período do café. Ex: Matilde, Itabira, São Vicente, Fumaça, Forno Grande (cachoeiras) e Mimoso do Sul, Muqui, Castelo, Alegre e Guaçuí (fazendas).

FOTO 8: Pedra Azul – Domingos Martins

. *Litorâneo* - Criar atrativos fiscais para implantação de novos empreendimentos capazes de cooptar grande contingente de mão-de-obra, como *resorts*. Criar um calendário de eventos nas atividades de pesca e de mergulho e outras atividades esportivas ligadas aos recursos naturais.

FOTO 9: praia de Iriri - Anchieta

- **Rochas Ornamentais**:

O Espírito Santo é atualmente, o ponto de referência do setor de rochas ornamentais do país, sendo responsável por 45% (cerca de 800 mil m^3/ano) da produção nacional. Dos mais de 2000 teares existentes no território nacional, 1170 estão no Estado, 900 na região sul e cerca de 90% destes, instalados em Cachoeiro de Itapemirim. O outro importante pólo localiza-se no município de Nova Venécia, no norte do estado, prevalecendo a atividade de extração. A variedade dos 100 padrões de mármore e granito é um atrativo para a grande comercialização alcançada. Além de disponibilizar infra-estrutura para desdobramento de matéria prima proveniente de vários estados, sobretudo de Minas Gerais.

O setor tem uma marca de extraordinário crescimento, pois, de 70 empresas que marcaram o mercado em 1972, o setor chegou a contar no ano de 2000, com 1100 empresas, representando 6,5% do PIB estadual. Além disso, a união entre a disponibilidade de infra-estrutura logística[49] e os investimentos em feiras e congressos de alcance internacional[50], têm melhorado ainda mais o desempenho do setor e a credibilidade no mercado externo.

Do ponto de vista de localização estratégica, existe o potencial em se criar uma estrutura para um corredor de exportação. Mas é preciso dispor com antecedência de um reestudo do uso e ocupação do solo de maneira adequada, colocando o território em condições de receber a atividade sem impactos degradantes, corrigindo entraves burocráticos que levam à evasão de

(49) Ver adiante, mapa de localização dos portos do Espírito Santo.

(50) Cachoeiro já está na 18ª edição anual de sua Feira Internacional de Mármore e Granito. Vitória começou em 2005 com a sua versão também internacional, apresentada em biênio. Neste mesmo ano, aconteceu o primeiro Congresso Internacional de Rochas Ornamentais, em Guarapari (região Metropolitana).

investimentos para o norte e para a Região Metropolitana. Até mesmo por questões logísticas, deve-se considerar que, tanto o porto de Ubu, em Anchieta, já oferece condições de apoio, quanto outras localidades litorâneas do sul podem oferecer aporte necessário ao corredor de exportação por transporte marítimo, interligando-se a um sistema intermodal rodo-ferroviário. Considerando ainda a oportunidade de descentralização de atividades, saindo do antigo modelo concentrador da cidade-empresa.[51] Dentro das Políticas Públicas de ordem econômica, deve-se desvincular totalmente a idéia de tendência e vocação dentro deste cenário, pois, estas evitam a procura de novos e adequados caminhos, principalmente se estes estiverem cheios das pedras que servirão na construção de um novo panorama que se enseja para o período denominado de "pós-petróleo". Ainda dentro do pensamento compartilhado, paralelamente aos interesses de transporte de cargas, uma ferrovia poderia ser de grande valia ao turismo, incluindo o transporte de passageiros. Principalmente se o trecho projetado ligar a região serrana ao litoral.[52]

FOTO 10: extração

beneficiamento

comercialização

. *Indústria de base* - disponibilizar áreas e infra-estrutura para a instalação de indústrias de produção de máquinas e equipamentos, voltados para o beneficiamento e

(51) Piquet, Rosélia. *Elos Entre o Processo de Industrialização e a Formação Urbana Brasileira*. (série Estudos e Debates nº 11), R.J.: UFRJ/IPPUR, 1996, p.13.

(52) Baseado na apresentação do artigo "As Pedras no Caminho do Desenvolvimento Sustentável do Ambiente Urbano e Regional do Sul do Espírito Santo", no I Congresso Internacional de Rochas Ornamentais – CETEM / UFRJ / CETEMAG, Guarapari, fev 2005.

agregação de valor do mármore e do granito, a fim de exportar o produto beneficiado.

. *Indústria de apoio* – incentivar a vinda de indústrias ligadas à produção de peças utilizadas no setor. Com isso, deve-se estabelecer metas de exploração e comercialização de matéria-prima que contemplem o absorvimento e adequação de mão-de-obra, provavelmente ociosa no período pós-petróleo. Imprescindível orientar o manejo equilibrado do meio ambiente com a exploração mineral.

. *Indústrias de transformação* – criar mecanismos de fomento à pesquisa e construção de máquinas e equipamentos voltados para o aproveitamento e reuso de resíduos provenientes do beneficiamento do mármore e do granito.

O setor de Rochas Ornamentais tem desenvolvido ultimamente diversas iniciativas, visando a equiparação de tecnologias com o mercado consumidor externo. A apropriação de recursos tecnológicos para o setor, nas mais diversas etapas da cadeia produtiva, tem garantido incremento nos resultados da oferta da produção e agregando ainda mais, valor ao produto. Comparando com os negócios externos firmados até a década de 80, quando sobressaía a venda de blocos, ou chapas brutas, agora o mercado internacional é servido com ladrilhos acabados e polidos com a melhor tecnologia disponível. Contudo, alguns novos estudos devem ser

providenciados em relação ao destino de resíduos provenientes da serragem das pedras, tanto a deposição da lama, quanto demais resto de produção. O Centro Tecnológico do Mármore e Granito tem uma grande responsabilidade em introduzir alternativas adequadas ao reuso destes subprodutos, seja na construção civil, ou no artesanato, proporcionando a inclusão social.

MAPA 11: Portos do Espírito Santo

FOTO 11: Porto de Ubu - Anchieta

4.1.2. MECANISMOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:

Dentro das ações de gestão territorial é importante a adoção de algumas estratégias de forma a combinar a regularização, com correção e prevenção dos desequilíbrios entre atividades econômicas e diferenças em relação ao acesso a terra e à moradia. Torna-se necessário a identificação dos procedimentos atualmente adotados pelos municípios em tela, para avaliar o desempenho das atividades relacionadas ao espaço urbano e, se preciso, propor aprimoramentos ou modificações de alguns instrumentos. Para tanto, é indispensável a eleição de um Grupo Gestor, responsável por montar a disposição legal e administrativa de uma Rede Federativa de Cidades em questão, com função consorciada. Visto que, como abordado anteriormente, as ações isoladas, só levam à ilhas de desenvolvimento, aumentando o desequilíbrio sócio-econômico da região estudada.

O devido acompanhamento do desenvolvimento urbano, através de metodologias voltadas ao monitoramento do território, servirá para acautelar o pleno desempenho e os resultados satisfatórios pelo período de ação proposto. A adoção de uma estrutura classificatória do ambiente pode facilitar o entendimento da evolução da região, alertando para movimentos demográficos e alterações de atividades econômicas destas áreas classificadas. Assim, a estrutura territorial se divide em *ambiente natural*, *meio rural* e *meio urbano*, todos dispostos em planos de ordenamento local, porém, integrados em um único sistema de informação. Deste modo, fica mais visível a integração espacial proveniente das variáveis: *urbana*, *intraurbana* e *interurbana* de dependência econômica relativa ao petróleo na região.

a) Mecanismos Legais:

- implantação de instrumentos normativos

Para a devida aplicação das diretrizes gerais de política urbana na região, visando adequar as normas à atual legislação urbanística e da atual legislação ambiental da região, as administrações municipais precisam estar incumbidas de avaliar o estado presente da legislação disponível. Com o levantamento organizado, cada município da região sul do Espírito Santo precisa disponibilizar a elaboração / revisão de seu Plano Diretor Municipal, com a devida adaptação ao Estatuto da Cidade, incluindo as Leis de Parcelamento e Uso do Solo. Para um melhor controle do desenvolvimento regional, de imediato, as administrações públicas municipais necessitam ainda providenciar a criação de um PDR – Plano Diretor Regional, englobando os PDU's municipais em uma Rede de Cidades consorciadas.

Todo este processo de elaboração da legislação urbanística precisa contar com a participação dos Poderes Legislativos Locais, através de Comissões Especiais, para que se garanta a fiel aprovação dos resultados discutidos em instâncias de audiência pública. Assim, a implantação das políticas públicas voltadas em investimentos na área social, especificamente em habitação para população de baixa renda será efetivada sem entraves, ou favorecimento político. Tal implantação depende de mudanças e adaptações na legislação urbanística, delimitando áreas de interesse social, que por vezes são terrenos sem uso, especulando o mercado imobiliário.

A abertura para a adoção de medidas mitigadoras em relação ao déficit habitacional sem causar impasses jurídicos morosos, já são garantidos por Instrumentos de Indução Urbana no

Estatuto da Cidade. Porém, para que todos *Mecanismos de Gestão do Território* sejam implementados com o devido rigor do uso de verbas públicas, cabe garantir a atuação do Ministério Público na fiscalização das ações conjuntas entre os poderes constituídos. As ações de prevenção e repressão às práticas ilegítimas estarão contidas no poder de polícia administrativo.

- implantação de instrumentos corretivos

A situação atual dos loteamentos deve ser conhecida, para que sejam implementadas todas práticas de controle de adensamento populacional. Reconhecidos os loteamentos irregulares é preciso que o Poder Público separe aqueles que apresentam condições de realizar a ocupação adequada, daqueles que levam prejuízos ambientais e sociais. Esta análise se foca, sobretudo, na devida continuidade da rede de infra-estrutura existente, sem causar impactos negativos e à interação da população a ser assentada, ao espaço urbano já estabelecido.

Feita a qualificação entre os diversos loteamentos, o Poder Público Municipal deve proceder às iniciativas de estímulo a ocupação dos locais considerados adequados, criando a previsão de disponibilidade de lotes, através de um Banco de Terras; agindo como estoque regulador do mercado imobiliário. Já os loteamentos que não apresentarem condições favoráveis ao uso e ocupação do solo, precisam contar com o controle das devidas adaptações. Até mesmo contar com a repressão e desconstituição de alguns loteamentos, voltando ao seu uso do solo original, ou transformando-se em áreas de preservação ambiental. Uma análise das micro-bacias na área urbana pode fornecer subsídios de informações quanto a habitabilidade de alguns loteamentos, dispondo de uma campanha elucidativa quanto à importância na escolha do lote.

Considerando o baixo grau de insolação e relevo acidentado (ocupação de vales entre morros), o alto grau de umidade do solo devido ao lençol freático aflorado (infiltração em alvenaria), e a existência de nascentes. Para garantir o bom nível dos assentamentos, as ações precisam se embasar em leis específicas sobre edificações e urbanizações desconformes, para dar base legal ao controle e regulação do uso e ocupação do solo.

Como forma de complementar a implantação dos instrumentos normativos, na busca de soluções para suprir o déficit habitacional, a implantação dos instrumentos corretivos se alia aos primeiros, quando se conhece o resultado dos vazios urbanos edificados. Em seguida, se cria uma Lei de Ocupação Prioritária respaldada na aplicação do IPTU Progressivo, previsto no Estatuto da Cidade. Então, os imóveis desocupados deixam de ser objetos de especulação e ficam liberados para a ocupação planejada e ordenada. Ao mesmo tempo, a regularização dos imóveis em uso e sem *habite-se*, devem ser incluídos no Cadastro Multifinalitário da Receita dos municípios em foco, para fins de cobrança de IPTU. Mas, o índice do cálculo de cobrança destes imóveis precisa estar acima dos demais legalizados, com base na lei Sobre Edificações Desconformes, pois, compensariam um tempo médio de ilegalidade e inibiriam tal prática danosa.

b) Mecanismos Operacionais:

- uso de instrumentos preventivos

Todo levantamento de dados referentes ao uso e a ocupação do solo citada acima, bem como mapas e planos existentes, que servirão de objeto de atualização do Cadastro Multifinalitário passa a ser disponibilizado pelas municipalidades ao conhecimento da população. Esta informação pública da ocupação urbana e territorial deve estar disponibilizada em um Sistema de Informação Territorial Integrado de Ocupação – SITIO, facilitando a implementação das ações regionais; ou aprimorando a fiscalização espacial, na adoção de procedimentos técnicos de aprovação de novos loteamentos.

O *Estatuto da Cidade* vem, então, regular o procedimento de ocupação do solo, oferecendo ao Poder Público, maior capacidade de intervir no município, promovendo uma Reforma Urbana e não somente a tarefa de fiscalizar e normalizar o uso e ocupação do solo. Agora o mercado de terras deve incluir a função social e não apenas ter como meta o lucro, que gerava o capital especulativo desse setor, principalmente a regulamentação dos *Instrumentos de Indução Urbana*, previstos no Estatuto da Cidade. Para tanto, torna-se necessário a utilização de alguns instrumentos como: a *Edificação Compulsória* (art. 5º e 6º) - A propriedade que estiver sendo subutilizada, o proprietário será notificado e terá um prazo para proceder a regularização e caso não cumpra terá como pena, a aplicação progressiva de imposto. O *IPTU Progressivo* (art. 7º) - sua natureza extrafiscal visa garantir a função social da propriedade, aplicado por cinco anos. Caso o prazo seja esgotado e o imóvel permaneça com o uso e densidade incompatível com a realidade do local, este poderá ser desapropriado. A *Desapropriação com Pagamento da Dívida Pública* (art. 8º) - considerando o uso freqüente e indevido de pagamento com títulos da dívida pública, o Estatuto da Cidade restringe este procedimento, de forma a evitar o uso dos títulos para pagamentos de tributos e tarifas públicas. O *Consórcio Imobiliário* (art. 46º) - utilizado quando o

proprietário não tem condições de efetuar o empreendimento e transfere o seu imóvel ao Poder Público Municipal, que fica responsável pelos investimentos, pagando ao proprietário com unidades no valor proporcional ao da terra antes das obras, sem lucros embutidos. A *Outorga Onerosa do Direito de Construir* (arts. 28º ao 31º) - A principal motivação para a implantação deste instrumento foi a tentativa de corrigir algumas disparidades nas relações existentes com os índices urbanísticos[53]. O objetivo seria eliminar a diferenciação de valores da terra urbana numa mesma área, devido aos diferentes padrões de empreendimentos lançados.

A experiência internacional foi fundamental na inspiração desse modelo, principalmente o "*development right transfer*" utilizado no Plano de Chicago em 1973[54] e o "*plafond legal de densité*", instituído na França em 1975[55]. O proprietário que desejasse ter uma ocupação além da estabelecida pela municipalidade, deveria adquirir o direito de construir o excedente. Embora as duas experiências adotassem a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir, no caso norte-americano poderia ocorrer a transação entre particulares, porém, no caso francês a transação só ocorria com o Estado. Para a implementação desse instrumento se faz necessário estabelecer um coeficiente de aproveitamento básico e a delimitação das macroáreas. A primeira experiência brasileira de adotar o uso do solo criado aconteceu em São Paulo, na gestão do prefeito Olavo Setúbal. A prefeitura utilizava os recursos oriundos da venda de direito de construir, no investimento em equipamentos urbanos nas áreas que recebiam maior adensamento. Em 1986, a prefeitura põe em prática as "operações interligadas", com a intenção de promover a desfavelização. Consistindo da concessão a

[53] *Estatuto da Cidade – guia,* op. cit., p. 67.

[54] Em Chicago ocorria o congelamento do potencial de construção de imóveis, decorrentes do tombamento de imóveis vizinhos. Então ficou estabelecida a transferência do direito de construir para terceiros, em locais não atingidos pelas normas de preservação do patrimônio histórico.

[55] O Ministério do Equipamento instituiu o coeficiente igual a 1,5 para toda França e igual a 1,0 para Paris.

proprietários de terrenos que eram ocupados por favelas, a modificação dos índices urbanísticos, desde que fossem construídas habitações de interesse social no local e repassasse ao poder público, parte das unidades.

Em 1982, é adotado em Curitiba o "incentivo construtivo", que visava o direito de transferência do direito de construir em outro local, para proprietários que possuíssem imóveis passíveis de serem preservados. Em 1990, como reflexo da luta de várias prefeituras que buscavam soluções de frear o processo especulativo e díspar do valor da terra, surge um documento conhecido como a "Carta de Angra"[56]. A proposta era criar mecanismos de investimentos públicos, com a adoção do solo criado. O cuidado que se deve ter em incentivar o adensamento de áreas através da construção, é na observância quanto o aumento de densidade populacional. Os centros comerciais podem se tornar áreas vazias à noite se não estiver mesclada por unidades habitacionais, pois, o aumento de área construída, não significa aumento de população. O *Direito de Superfície* (arts. 21º ao 24º) – onde a venda ou transferência do direito de construir está embasado em dois princípios que fundamentam o direito de superfície:

a) direito de superfície (separação do direito de propriedade do direito de construir);

b) função social da propriedade.

O Estatuto da Cidade estabelece com o Direito de Superfície, o direito de construir na superfície, espaço aéreo, ou subsolo. O imóvel pode ser concedido a terceiros, por tempo determinado ou indeterminado, de forma gratuita ou com ônus, sem necessariamente representar

[56] Documento resultante do Seminário "Plano Diretor e Gestão Democrática", realizado em Angra dos Reis em agosto de 1990, com a participação dos municípios de São Paulo, Santos, Santo André, Diadema, Angra dos reis, Porto Alegre, João Monlevade, Ipatinga e Timóteo.

a venda, concessão ou transferência de uma propriedade. O município tem a prerrogativa de cobrar das concessionárias, pelo uso das vias, ou pelo uso de infra-estrutura subterrânea. A *Transferência do Direito de Construir* (art. 35º) - tem como conceito principal, a permissão para que os proprietários de imóveis a serem preservados sejam compensados, objetivando viabilizar o direito de construir ou vender outro imóvel, preservando imóveis e áreas de importante valor histórico ou ambiental. A concessão do direito de transferência só será dada, caso o proprietário participe de algum programa de preservação. Um importante critério para se conceder a transferência de direito de construir é o do valor dos imóveis em questão. Tanto o que origina a preservação, quanto o que obtém o direito de compensação de área, lembrando que o proprietário do imóvel a ser tombado, recebe o potencial em função do preço de mercado e pode negociar com incorporadores. As *Operações Urbanas Consorciadas* (arts. 32 ao 34º) - é a combinação de ações publicas e privadas na intervenção de espaços com a finalidade de promover transações de edificabilidade, obrigações de urbanização ou alterações urbanas. As operações consistem no redesenho do tecido urbano, levando-se em conta os aspectos econômicos e sociais de determinado setor.

Assim como na Outorga Onerosa do Direito de Construir, as Operações Urbanas Consorciadas tiveram origem na França e nos EUA. Com o processo de globalização e reestruturação das economias locais, antigas zonas industriais e portuárias que haviam perdido as suas funções, liberaram espaço para um novo tipo de uso, gerando projetos de "requalificação" urbana. Assim varias cidades tiveram adequação de uso como Barcelona, Rotterdam, Bilbao, Paris e Lisboa. No caso norte-americano, Fells Point, em Baltimore e o Píer 17, em Nova Iorque são considerados bons exemplos de operações público-privadas. Na França, o governo através

das ZAC's (Zones d`Ámenagement Concertée) promulgada em 1967 adquire áreas degradadas e faz as obras de infra-estrutura e providencia inclusive os projetos arquitetônicos, definindo os usos e ocupações da área. Com a venda dos imóveis e projetos e a respectiva mais-valia, consegue garantir investimentos em novas moradias. No Brasil, as operações urbanas surgem nos anos 70, com os investimentos governamentais do Projeto CURA, mas toma suporte nos anos 80, com estratégias de reurbanização em São Paulo. O Direito de Preempção (arts. 25º ao 27º) - trata-se da preferência por parte do poder público, na compra de imóveis de seu interesse, quando da disponibilidade de sua venda. Cabe ao poder público definir a área a incidir tal direito e delimitá-la por lei municipal, desde que seja para projetos de regularização ou reserva fundiária, implantação de equipamentos comunitários, espaços públicos e de lazer, programas habitacionais e preservação ambiental.

Algumas vantagens são apresentadas, como permitir a municipalidade de ser informada de todos projetos e evitar a demolição de imóveis com potencial de preservação. Outro beneficio é a possibilidade da municipalidade adquirir áreas, formando uma reserva e evitando que a especulação imobiliária torne inviável o acesso à terra urbana. Porém, deve-se ter o cuidado em manter vigilância neste Banco de Terras, para evitar "grilagem" ou invasões.

- uso de instrumentos ativos

O Núcleo Gestor composto por representantes de todos municípios da região sul do Espírito Santo, tem como principais metas, a *preparação*, *condução* e o *monitoramento* da implantação das políticas urbanas locais, voltadas ao fortalecimento regional. Para cumprir a

tarefa de preparação deste processo, o Núcleo Gestor coordena programas de capacitação do corpo técnico das Prefeituras, em diversas Secretarias, atualizando os conhecimentos de aplicação da legislação urbanística. Também garantindo a capacitação da população, quanto às questões técnicas a serem discutidas, democratizando o acesso às informações, numa linguagem acessível e transparente. Deste modo efetiva a leitura da cidade, na visão técnica e na visão comunitária. Neste momento são confrontadas as idéias em busca do modo mais adequado de se ocupar o território, prevendo a localização de novas moradias e a instalação de novas empresas, de modo a garantir a participação popular no processo de elaboração de planos urbanos e ainda a ampla publicidade dos atos administrativos para tais assuntos. Ainda é preciso o envolvimento da rede de ensino na implantação de programas sociais, de forma a facilitar suster a sujeição de normas e leis, utilizando ferramentas lúdicas adequadas de diálogo, inseridas na metodologia pedagógica.

Para a tarefa de condução do processo de implantação das políticas públicas, o conhecimento atualizado de indicadores sociais é de fundamental importância. Em relação à habitação, é primordial a utilização da pesquisa "Déficit Habitacional no Brasil – municípios selecionados e microrregiões geográficas", elaborada pela FJP – Fundação João Pinheiro e o Ministério das Cidades. Assim, o direcionamento dos investimentos na habitação pode levar em consideração, além do déficit, os domicílios vagos; a renda; a situação atual dos domicílios; o adensamento excessivo e a carência de infra-estrutura. O conhecimento da situação e o levantamento dos dados levarão à supressão mais rápida do déficit habitacional, através dos vazios urbanos edificados. Pela referida pesquisa, Cachoeiro de Itapemirim possui um déficit de 3.246 imóveis e conta com 6.077 imóveis desocupados. Os demais municípios são enquadrados em duas microrregiões. A microrregião de Itapemirim (Itapemirim, Marataízes e Presidente

Kennedy), possui um déficit de 1.759 imóveis e conta com 4.036 imóveis desocupados. Os outros municípios de nossa região objeto de estudo, estão inseridos na microrregião de Guarapari (Guarapari, Alfredo Chaves, Anchieta, Piúma, Rio Novo do Sul e Iconha). Esta possui um déficit de 4.693 imóveis e conta com 9.171 imóveis vazios. Porém, resolvemos descartar esse dado, pois, os municípios que não são objeto de nossa pesquisa, têm uma população bem maior e causa um desequilíbrio na amostra, dissimulando a realidade.

Para a tarefa de monitoramento do adensamento urbano é imprescindível a criação do *Índice de Qualidade Urbana* – IQU. Este índice tem como finalidade aferir o desenvolvimento dos assentamentos existentes, adaptando o seu uso às diferentes escalas, desde uma quadra, um bairro, uma cidade, ou a região. Este instrumento garante a avaliação continuada do processo de implementação dos *Mecanismos de Gestão do Território* e os seus devidos instrumentos, com a adoção de Fóruns periódicos, com a participação ampla da sociedade, do Poder Legislativo, do Cartório de Registro de Imóveis.

c) Mecanismos Institucionais:

- uso de instrumentos integradores

A organização da região em termos políticos e administrativos, com a visão de se criar a Rede Federativa de Cidades contribui para impedir a concorrência desleal entre cidades. Esta Rede, que é uma instância intermediária entre o município e o Estado, leva ao entendimento

da união estratégica, fortalecendo a economia regional, evitando enfraquecimento localizado, através de guerras fiscais que tentam atrair investimentos, em detrimentos de cidades vizinhas.

Um expressivo recurso de viabilidade econômica desta Rede é a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, captando inicialmente recursos provenientes dos royalties, com a finalidade de descentralizar os investimentos e contribuir para o desenvolvimento equalizado. Em seguida, rever a estrutura administrativa da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sul do Estado, inserindo o papel de assumir a Gestão e Assessoria Técnica da região sul. Ainda, incluindo mecanismos operacionais, que agrupem os projetos desenvolvidos pelos municípios sulinos.

Algumas estratégias político-administrativas, como a criação de um Consórcio Intermunicipal de Saúde pode evitar, não só a sobrecarga de atendimento em um município, mas o fluxo demasiado de população em busca de atendimento básico de saúde. Esta concentração demográfica flutuante consome mais benefícios de toda estrutura urbana, do que produz renda, deixando clara a necessidade de minimizar essa procura concentrada, descentralizando os serviços essenciais de atendimento.

Além dessa estratégia compartilhada, outras iniciativas precisam ser implementadas dentro da Rede Regional, como o apoio ao consórcio existente da bacia hidrográfica do Vale do Itapemirim; a criação de consórcios intermunicipais de preservação ambiental (Mata Atlântica) e a delimitação de Zonas de Amortecimento, mitigando o impacto da relação campo x cidade;

Finalizando as proposições de Políticas Públicas, salientamos duas iniciativas que muito contribuirão, não só para a união dos municípios, mas proporcionará avanços consideráveis no modelo de desenvolvimento sustentável. O primeiro se refere aos procedimentos e encaminhamentos legais para a criação da Universidade Federal do Vale do Itapemirim, o foro ideal para produção de soluções adequadas e formação de qualificação profissional. O segundo está na necessidade da avaliação continuada do processo de integração regional, com a adoção de Fóruns periódicos e a instituição da Agenda Regional Sul, constando do comprometimento de metas e objetivos comuns na estrutura da Gestão Urbana e Regional. Estes dois procedimentos consolidam e averbam as ações descritas acima e asseveram a condução equilibrada de um modelo justo, igualitário do desenvolvimento da região sul do Estado do Espírito Santo.

CONCLUSÃO

O melhor resultado que podemos mostrar em todo corpo da dissertação é, sem dúvida, as recentes publicações reveladas em forma de indicadores sócio-econômicos e de resultados censitários, que confirmam as nossas hipóteses levantadas desde o início do projeto de pesquisa. Notadamente, pelo anúncio vir de instituições como PNUD; IBGE; ANP; IPEA e a FJP, instituições idôneas e conceituadas, que garantem e comprovam a veracidade das idéias defendidas neste trabalho. Também, em relação à hipótese de acontecer um esvaziamento urbano, como conseqüência do período "pós-petróleo", a confirmação científica logo veio com as informações contidas no livro "Petróleo, Royalties e Região", da Profª Drª Rosélia Piquet. Levantamos ainda a possibilidade apresentada em forma de variáveis dependentes, de que a acumulação de capital proveniente do petróleo levasse à diminuição de qualidade de vida da população local, o que tem sido constantemente comprovado pelos indicadores citados acima.

Porém, enfrentamos a dificuldade de obter dados referentes aos investimentos programados pela Petrobras com referencia às possíveis instalações de bases operacionais, ou de serviços de apoio. Talvez, seja pelo fato de nossa abordagem trilhar pelos reflexos do impacto do petróleo nas cidades e alertar sobre possíveis danos. O que a princípio, poderia ser um estorvo, levou a uma total isenção da visão oficial e a matéria foi tratada, focando possibilidades de repercussões que, facilmente podem ser adaptadas a todas cidades litorâneas do Estado.

Como a atividade petrolífera no Espírito Santo foi anunciada em 2002 e iniciada no ano seguinte, ao mesmo tempo em que preparávamos a formatação da nossa pesquisa; não

tínhamos uma base de dados consistentes da situação territorial da região. Mas tal carência ensejou a procura de formulação de Políticas Públicas, que independente da situação em que se encontra o município, este pode estabelecer estratégias de desenvolvimento sustentável. Junto com a obrigatoriedade dos municípios em providenciar a regularização do espaço, através de planos urbanos, constatamos a viabilidade de implantação dos resultados obtidos nesta dissertação, incluindo os resultados dentro de propostas de planejamentos participativos locais.

Neste contexto, os argumentos apresentados em nosso estudo se completam e se justificam com os fatos vivenciados no cotidiano, unindo a teoria com a prática. De certa forma, para a localidade estudada é um novo modo de comunicação, que poderia ser descrito como uma "inclusão virtual" da população, na elaboração de trabalhos científicos. Essa conexão valida a desmistificação de um produto acadêmico, mostrando aos diversos atores sociais, a sua parcela de responsabilidade e de participação no meio, retratados no contexto da pesquisa.

Para justificar o episódio histórico que estamos vivenciando no Espírito Santo, foi buscado na história da formação do Estado, também realizada em ciclos econômicos como na história brasileira. Assim, foram demonstradas algumas atividades que deram suporte à formação de várias cidades responsáveis por registrar estes ciclos da economia. Tal episódio atual representado pelo "ciclo do petróleo" tem alterado o desenvolvimento das cidades espírito-santenses. Seja a especulação imobiliária nutrida pela expectativa de um cenário futuro, ou pelos movimentos demográficos iminentes, devido aos anúncios de prosperidade e do potencial de novos investimentos.

Toda essa alteração, ora virtual, ora concreta motiva a necessidade do contínuo processo de pesquisa desta matéria, pois, o Estado está produzindo apenas 10% dos recursos de sua bacia petrolífera, e a cada dia novas constatações acerca das hipóteses levantadas são noticiadas. E ainda se considerarmos que com exceção da Grande Vitória, todos municípios litorâneos estão desguarnecidos de uma política pública voltada ao desenvolvimento urbano e regional. O processo de estudo da região deve ser contínuo também por conta da necessidade de preparar a região para um provável crescimento econômico, atualmente desprovido de metas e objetivos balizadores de um planejamento plurianual, pautado na sustentabilidade. Basta conferir os indicadores sócio-econômicos destas cidades e prestar atenção nos precedentes sucedidos.

É preciso, sobretudo, alertar para a necessidade de preparação estrutural do trinômio: *economia* - *sociedade* - *território*, para as possíveis oscilações e crises no mercado. Como forma de ajudar a manter o equilíbrio das atividades da cadeia produtiva em tempos turbulentos, firmando a união mercantil, é necessário criar um bloco denso, porém, flexível entre as cidades da região sul do Espírito Santo. A criação de um modelo corporativo de desenvolvimento e associativo de gestão e planejamento deve recorrer à formação de uma Rede Federativa de Cidades. Modelo este embasado na união de objetivos e no fortalecimento do alcance de metas estratégicas voltadas à Gestão Democrática, que contemple o desenvolvimento econômico sustentável, com bons planos de manejo com o meio ambiente e que assegure a participação da população nas decisões de interesse comum.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRAMO, Pedro (org.). *Cidades em Transformação: entre o plano e o mercado, experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano*, R.J.: UFRJ / IPPUR, 2001.
2. ABRUCIO, Fernando Luiz e SOARES, Márcia Miranda. *Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no grande ABC*, S.P.: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas nº 24, 2001.
3. ACSELRAD, Henri (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, R.J.: DP&A editora, 2001.
4. ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. *O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro*, R.J.: IPEA, 1998
5. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira – Cidades Sustentáveis.* Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002 (texto referencial para discussão no 5º Congresso Nacional dos Profissionais do Sistema - CREA`s / CONFEA/ 2004).
6. CARVALHO, Ailton Mota e Barbi, Frederico Niffinegger, *As Cidades Médias de Minas Gerais: dinâmica e distribuição regional,* R.J.: IPPUR/UFRJ, 1999.
7. CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*, Englewood Cliffs: Prentice – Hall Inc., 1966.
8. CREA-MG – Conselho de Desenvolvimento Regional de Arquitetura, Agronomia e Engenharia – MG. *Agenda 21: sinal verde para o desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte, 2004.

9. CRUZ, M. *Consórcios Intermunicipais*. São Paulo: Polis - Programa Gestão Pública e Cidadania, EAESP, FGV, 2001.

10. DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (eds.). *O Processo de Urbanização no Brasil*, S.P.: FUPAM/EDUSP, 1999.

11. ESTATUTO DA CIDADE – *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, Brasília: Instituto Polis / CEF / Câmara Federal, 2001.

12. FÁVERO, Edison. *Desmembramento Territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais* (tese de doutorado, defendida na Escola Politécnica da USP – Deptº de Engª de Construção Civil), S.P., 2004.

13. FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânea (orgs.). *A Lei e a Ilegalidade na Produção do Espaço Urbano*, B.H.: Del Rey, 2003.

14. GESTÃO DO USO DO SOLO E DISFUNÇÕES DO CRESCIMENTO URBANO: instrumentos de planejamento e gestão urbana – vol 3 / IPEA/ USP/ UnB/ UFRJ, Brasília: IPEA, 2001.

15. GIBBERD, Frederick. "Design of the Complete Town – The Master Plan", in *Town Design*, London.: The Architectural Press, 1953 (original em inglês).

16. GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (orgs.). *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. S.P.: UNESP/ ANPUR, 2003.

17. GUERRA, Max Welch. *Berlín Sin Muro. El Surgimiento de una Nueva Región Metropolitana desde 1990.* (Artigo apresentado no Seminário Internacional "Los Desafíos de las Áreas Metropolitanas en un Mundo Globalizado: una mirada a Europa y América Latina". Barcelona, 4 a 6 de junho de 2002).

18. IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Novas Leituras de Administração Municipal,* R.J.: IBAM, 2003.

19. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)*, R.J.: IBGE, 2001.

20. _____ *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*, R.J.:IBGE, 2004.

21. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. PNUD / IPEA-RJ / Fundação João Pinheiro, R.J.: IPEA, 2004.

22. JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades,* S.P.: Martins Fontes, 2001.

23. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica.* 5ª ed., S.P.: Atlas, 2003. (1ª ed. 1985).

24. LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, S.P.: Martins Fontes, 1981.

25. LYNCH, Kevin. "La Transformación de las Ciudades" e"El Futuro Preservado". In *¿De Que Tiempo es Este Lugar? para una nueva definición del ambiente.* Barcelona: G. G., 1975.

26. MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro Antigo*, Cachº Itap.: [s. n.], 1999.

27. MELA, Alfredo. *A Sociologia das Cidades*, Lisboa: Estampa, 1999.

28. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco, 1542 – 1654*. Recife: Massangana, 1996 (2ª ed.).

29. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*, R.J.: IBGE, 1975, (1ª ed. 1951).

30. OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1980.

31. PIQUET, Rosélia. *Petróleo, Royalties e Região*, R.J.: Garamond, 2004.

32. _____ *Elos Entre o Processo de Industrialização e a Formação Urbana Brasileira*, (série Estudos e Debates nº 11), R.J.: UFRJ/IPPUR, 1996.

33. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Sociologia Rural*, R.J.: Zahar, 1969.

34. RIBEIRO, Vera Lúcia Santos (coord.). *Conjuntura Urbana – 2: Criação de Novos Municípios*, Secretaria de Política Urbana, Brasília, março 1998.

35. RICHARDSON, Harry W. "Custo de Transporte e Localização". In *Economia Regional*. R.J.: Zahar, 1975.

36. ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. S.P.: Martins Fontes, 2001 (2ª ed.).

37. SACHS, Ignacy. "Crise Urbana, Energia e Desenvolvimento Alternativo: o caso do Rio de Janeiro". In *Trabalho, Alimentação e Energia no Desenvolvimento Urbano – enfrentando a crise nas grandes cidades.* R.J.: SBI / IUPERJ / FINEP, 1984.

38. _____ *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*, R.J.: Garamond, 2002.

39. _____ *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*, R.J.: Garamond, 2004.

40. _____ *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, S.P.: Vértice, 1986.

41. SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*, S.P.: Hucitec, 1979.

42. _____ ; SILVEIRA, Maria. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* R.J.: Record, 2002.

43. SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535 –2002.* Campinas: Companhia da Escola, 2002.

44. SPIRN, Anne Whiston. *O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade*, S.P.: EDUSP, 1995.

45. URBAN DESIGN COMPENDIUM - Space for Growth. London: Llewelym-Davies. English Partnerships/The House Corporation, 2000.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo